

Resultados 1º Semestre _ 2006

Comunicado



Portugal Telecom

Índice

01	Destaques financeiros	4
02	Destaques operacionais	6
03	Demonstração de resultados consolidados	9
04	Capex	17
05	Cash flow	18
06	Balanço consolidado	19
07	Recursos humanos	25
08	Rede fixa	26
09	Móvel Portugal	31
10	Móvel Brasil	34
11	Multimédia	37
12	Outros investimentos internacionais	39
13	Eventos do 2º trimestre e desenvolvimentos recentes	41
14	Maiores participações	44
15	Bases de apresentação	45

Resultados 1S _ 2006

Comunicado

Lisboa, 14 de Setembro de 2006

A Portugal Telecom divulgou hoje os seus resultados relativos ao primeiro semestre de 2006.

No primeiro semestre de 2006, as receitas operacionais totalizaram 3.089 milhões de euros. O resultado operacional antes de amortizações (EBITDA) foi de 1.090 milhões de euros, equivalente a uma margem de 35,3%. O EBITDA menos Capex totalizou 734 milhões de euros. O resultado líquido do período foi de 402 milhões de euros, representando um aumento de 41,6% face a igual período do ano anterior. A dívida líquida atingiu 4.380 milhões de euros no final de Junho de 2006, enquanto que as responsabilidades não financiadas relativas a benefícios de reforma decresceram para 1.990 milhões de euros no final do período.

Os resultados da PT foram preparados de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS), tal como adoptados pela União Europeia.

Tabela 1 _ Destaques Financeiros Consolidados							milhões de euros
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05	
Receitas operacionais	1.523,0	1.576,6	(3,4%)	3.088,6	3.028,7	2,0%	
Custos operacionais, excluindo amortizações	1.020,2	1.018,1	0,2%	1.998,4	1.851,2	8,0%	
EBITDA ⁽¹⁾	502,9	558,4	(10,0%)	1.090,2	1.177,5	(7,4%)	
Resultado operacional ⁽²⁾	203,3	282,4	(28,0%)	493,1	654,2	(24,6%)	
Resultado líquido	190,7	101,1	88,7%	401,5	283,5	41,6%	
Capex	193,8	201,5	(3,8%)	356,3	368,3	(3,3%)	
Capex em % das receitas operacionais (%)	12,7	12,8	(0,1pp)	11,5	12,2	(0,6pp)	
EBITDA menos Capex	309,1	357,0	(13,4%)	734,0	809,2	(9,3%)	
Dívida líquida	4.380,5	4.295,6	2,0%	4.380,5	4.295,6	2,0%	
Margem EBITDA ⁽³⁾ (%)	33,0	35,4	(2,4pp)	35,3	38,9	(3,6pp)	
Dívida líquida / EBITDA (x)	2,2	1,9	0,3x	2,0	1,8	0,2x	
EBITDA / juros líquidos (x)	7,9	8,9	(0,9x)	9,6	10,1	(0,5x)	

(1) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (3) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

01

Destques Financeiros

As receitas operacionais aumentaram 2,0% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo de 2005, para 3.089 milhões de euros, suportado na maior contribuição da Vivo, devido à apreciação do real no período, e da PTM. As receitas operacionais da rede fixa e da TMN foram influenciadas negativamente pelo impacto da redução das tarifas de interligação, em 17 milhões de euros e 30 milhões de euros, respectivamente. Excluindo este impacto, as receitas da rede fixa teriam diminuído 4,1% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo de 2005, enquanto que as da TMN ter-se-iam mantido constantes.

O EBITDA foi de 1.090 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, uma diminuição de 7,4% face a igual período do ano anterior, e equivalente a uma margem de 35,3%. A redução de 87 milhões de euros no EBITDA resultou essencialmente do impacto negativo da redução das tarifas de interligação (18 milhões de euros) na rede fixa e na TMN, da reversão de uma provisão relativa a uma conta a receber da Angola Telecom (23 milhões de euros) em 2005, e do reconhecimento em Junho de 2006 de uma provisão na Vivo para fazer face a problemas de facturação relativos à migração dos sistemas para uma plataforma única (30 milhões de euros).

O resultado operacional registou uma descida de 24,6% no primeiro semestre de 2006 para 493 milhões de euros, influenciado pela redução do EBITDA e pelo acréscimo das amortizações, principalmente em resultado do aumento do capex em 2005, e pela apreciação do real face ao euro.

O resultado líquido aumentou 41,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período de 2005, para 402 milhões de euros, principalmente em resultado da redução dos impostos diferidos passivos, decorrente da adopção do regime de tributação

voluntária sobre mais-valias no âmbito da reestruturação interna em curso.

O investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo (capex) diminuiu 3,3% no primeiro semestre de 2006 para 356 milhões de euros, equivalente a 11,5% das receitas operacionais, principalmente em resultado do decréscimo da contribuição da Vivo, considerando uma taxa de câmbio constante (50 milhões de euros), o qual foi parcialmente compensado pela apreciação do real face ao euro (22 milhões de euros) e pelo aumento do capex na PTM.

O EBITDA menos Capex decresceu 9,3% para 734 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, equivalente a 23,8% das receitas operacionais. Aproximadamente 93% do EBITDA menos Capex foi gerado pelos negócios em Portugal (rede fixa, TMN e PTM).

O free cash flow diminuiu de 263 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 170 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, principalmente devido ao aumento dos juros liquidados, nomeadamente: (1) na Portugal Telecom, que no primeiro semestre de 2006 incluiu os juros pagos dos Eurobonds emitidos em 2005 e os juros do Eurobond que maturou em Fevereiro de 2006, e (2) na Vivo, que incluiu os juros resultantes da reestruturação da dívida realizada no primeiro semestre de 2006. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do cash flow operacional e pela redução dos pagamentos relativos a benefícios de reforma, em resultado de no primeiro semestre de 2005 se terem efectuado contribuições superiores relativas ao programa de redução de efectivos.

A dívida líquida aumentou de 3.672 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 para 4.380

milhões de euros em 30 de Junho de 2006. O free cash flow de 170 milhões de euros gerado no período não foi suficiente para compensar: (1) o pagamento de dividendos no primeiro semestre de 2006 pela PT e pela PTM no montante de 553 milhões de euros; (2) a contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma, reduzindo essas responsabilidades não financiadas em igual montante, e (3) os contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, celebrados no primeiro semestre de 2006, com um valor notional de 62 milhões de euros.

A exposição líquida ao Brasil situou-se em 7.517 milhões de reais, ou 2.701 milhões de euros à taxa de câmbio euro/real no final do primeiro semestre de 2006. Em 30 de Junho de 2006, os activos denominados em reais no balanço consolidado da PT representavam aproximadamente 37% do total do activo, e a proporção da PT na dívida líquida da Vivo ascendia a 641 milhões de euros.

Em 14 de Setembro de 2006, a PT tinha contratos de equity swap para adquirir acções da PT, equivalentes a 1,83% do seu capital social. A PT celebrou estes contratos no âmbito da execução do seu **programa de share buyback** aprovado em Abril de 2005, o qual foi suspenso em resultado do lançamento, pela Sonaecom, de uma oferta pública de aquisição a 6 de Fevereiro de 2006.

Em 11 de Setembro de 2006, a PT concluiu a **reestruturação de capital**, em cumprimento da deliberação aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, tendo reduzido o seu capital social para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções para 0,35 euros. Como resultado, em 30 de Junho de 2006, as reservas distribuíveis ajustadas

pela redução de capital e pelo impacto do programa de share buyback já realizado até 6 de Fevereiro de 2006 (164 milhões de euros), ascenderam a 1.425 milhões de euros.

Em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de aumentar a **proposta de remuneração accionista**, anunciada em 6 de Março de 2006, para o período 2006-2008 de 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros (incluindo os dividendos pagos em Maio no montante de 536 milhões de euros). A proposta de remuneração accionista deverá consistir num retorno extraordinário em dinheiro de 1,9 mil milhões de euros, ou 1,75 euros por acção, nos próximos 12 meses e no compromisso de continuar a executar uma política de dividendos progressiva, em acréscimo à distribuição de acções da PTM (ver ponto do spin-off da PTM). A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

02

Destques Operacionais

Tabela 2 _ Indicadores de Desempenho Operacional (KPI)

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Base de clientes ('000)						
Rede fixa	4.433	4.445	(0,3%)	4.433	4.445	(0,3%)
Móvel	33.887	33.554	1,0%	33.887	33.554	1,0%
TV por subscrição	1.444	1.465	(1,5%)	1.444	1.465	(1,5%)
Banda larga (ADSL retalho + cabo)	980	833	17,6%	980	833	17,6%
Rede fixa						
Acessos ('000)	4.433	4.445	(0,3%)	4.433	4.445	(0,3%)
Acessos de retalho	4.209	4.371	(3,7%)	4.209	4.371	(3,7%)
PSTN/RDIS	3.573	3.871	(7,7%)	3.573	3.871	(7,7%)
Pré-selecção	581	540	7,6%	581	540	7,6%
ADSL retalho	636	500	27,1%	636	500	27,1%
Acessos de wholesale	224	73	205,0%	224	73	205,0%
Lacetes locais desagregados	146	28	n.s.	146	28	n.s.
Acessos ORLA	20	0	n.s.	20	0	n.s.
ADSL wholesale	59	46	28,9%	59	46	28,9%
Adições líquidas ('000)	(14)	18	n.s.	(45)	68	n.s.
Acessos de retalho	(74)	6	n.s.	(146)	41	n.s.
PSTN/RDIS	(97)	(43)	124,9%	(196)	(77)	154,5%
Pré-selecção	(16)	32	n.s.	6	55	(89,4%)
ADSL retalho	23	49	(53,9%)	51	119	(57,4%)
Acessos de wholesale	60	12	n.s.	101	26	285,6%
Lacetes locais desagregados	37	12	209,4%	74	19	286,6%
Acessos ORLA	20	0	n.s.	20	0	n.s.
ADSL wholesale	4	0	n.s.	7	7	4,4%
Planos de preços ('000)	2.283	1.330	71,6%	2.283	1.330	71,6%
Tráfego total (milhões de minutos)	3.393	3.778	(10,2%)	6.884	7.587	(9,3%)
ARPU (euros)	29,9	30,6	(2,4%)	30,0	30,6	(2,0%)
Móvel Portugal • TMN						
Clientes ('000)	5.362	5.108	5,0%	5.362	5.108	5,0%
Adições líquidas ('000)	44	21	108,1%	50	54	(8,3%)
MOU (minutos)	120	122	(1,4%)	119	119	(0,7%)
ARPU (euros)	20,9	22,7	(7,8%)	20,7	22,7	(8,8%)
Dados em % das receitas (%)	12,3	10,8	1,5pp	12,6	11,0	1,6pp
CCPU ⁽¹⁾ (euros)	11,0	11,3	(3,1%)	10,8	11,3	(4,9%)
ARPU menos CCPU (euros)	10,0	11,4	(12,5%)	9,9	11,4	(12,6%)
Móvel Brasil • Vivo						
Clientes ('000)	28.525	28.446	0,3%	28.525	28.446	0,3%
Adições líquidas ('000)	(1.613)	1.487	n.s.	(1.280)	1.903	n.s.
MOU (minutos)	66	79	(16,4%)	67	80	(16,2%)
ARPU (reais)	24,1	28,6	(15,8%)	24,7	28,7	(13,8%)
Dados em % das receitas (%)	7,7	6,1	1,6pp	7,4	5,8	1,6pp
CCPU ⁽¹⁾ (reais)	16,3	19,6	(17,1%)	15,5	17,3	(10,5%)
ARPU menos CCPU (reais)	7,8	9,0	(13,0%)	9,3	11,4	(18,9%)
Multimédia • PT Multimedia						
Casas passadas ('000)	2.782	2.606	6,7%	2.782	2.606	6,7%
Clientes TV por subscrição ('000)	1.444	1.465	(1,5%)	1.444	1.465	(1,5%)
Adições líquidas TV por subscrição ('000)	(28)	9	n.s.	(35)	16	n.s.
Acessos banda larga via cabo ('000)	344	333	3,4%	344	333	3,4%
Adições líquidas banda larga cabo ('000)	(8)	13	n.s.	(4)	27	n.s.
ARPU total TV por subscrição (euros)	29,2	28,1	4,1%	28,9	27,6	4,6%

(1) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e vendas de terminais por utilizador.

Clientes

- > Os acessos de rede fixa diminuíram 0,3% no segundo trimestre de 2006 para 4.433 mil, face a igual período do ano anterior, em resultado da continuação da perda de linhas.
- > Os clientes móveis aumentaram 1,0% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 33.887 mil. Excluindo o impacto do ajustamento da base de dados na Vivo, os clientes móveis teriam aumentado 6,4% no período.
- > O número total de clientes de TV por subscrição totalizou 1.451 mil no segundo trimestre de 2006, equivalente a uma penetração de cerca de 40% dos lares com televisão em Portugal.
- > Os clientes de banda larga de retalho totalizaram 980 mil clientes de banda larga de retalho no segundo trimestre de 2006, equivalente a uma taxa de penetração de 21,1% dos acessos de retalho (PSTN/RDIS e cabo). As adições líquidas de banda larga de retalho foram 16 mil no segundo trimestre de 2006.

Rede Fixa

- > O número total de acessos diminuiu 0,3% no segundo trimestre de 2006, face ao período homólogo, para 4.433 mil, incluindo 3.573 mil acessos PSTN/RDIS, 636 mil acessos ADSL de retalho, 59 mil acessos ADSL de wholesale, 146 mil desagregações de lacete local e 20 mil acessos ORLA.
- > O número de planos de preços aumentou em 120 mil no segundo trimestre de 2006 para 2.283 mil, impulsionado pelo forte crescimento dos planos de preços baseados em flat rates de

tráfego ilimitado. Actualmente mais de um terço dos clientes residenciais de retalho aderiram aos planos de preços.

- > No segundo trimestre de 2006, o tráfego total diminuiu 10,2% face ao período homólogo de 2005. O tráfego de retalho decresceu 14,8%, principalmente em resultado da continuação do efeito de substituição de fixo por móvel e do aumento da concorrência, enquanto que o tráfego de wholesale diminuiu 6,6% face a igual período do ano anterior, sobretudo devido ao efeito de migração de Internet de banda estreita para banda larga.
- > O ARPU total diminuiu 2,4% no segundo trimestre de 2006, face ao período homólogo, para 29,9 euros. O ARPU de assinatura e de voz decresceu 6,9% para 24,8 euros, reflectindo a diminuição das receitas de tráfego, enquanto que o ARPU de dados aumentou 27,7% para 5,1 euros, representando 16,9% do ARPU total no segundo trimestre de 2006.

Móvel Portugal

- > No segundo trimestre de 2006 foram adicionados 44 mil clientes, face a 21 mil no segundo trimestre de 2005. O forte desempenho do segmento empresarial, no qual a TMN está a ganhar quota de mercado, impulsionou o nível de adições líquidas de clientes pós-pagos no período, que ascendeu a 31 mil, representando mais de 70% do total das adições líquidas no período. No final de Junho de 2006, a TMN detinha 5.362 mil clientes, um aumento de 5,0% face a igual período do ano anterior. A expansão de 3G continuou a registar um sólido crescimento, com o número de clientes 3G a ultrapassar os 500 mil no final de Junho de 2006, equivalente a 10% da base de clientes.

- > No segundo trimestre de 2006, as receitas de serviços de dados representaram 12,3% das receitas de serviços, uma melhoria de 1,6pp face a igual período do ano anterior, em resultado do crescimento de 24,6% das receitas de serviços de dados que não os SMS, que já representaram 22,5% do total das receitas de dados.
- > O MOU diminuiu 1,4% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, totalizando 120 minutos, em resultado essencialmente do decréscimo do tráfego fixo-móvel e das promoções agressivas de SMS realizadas nos últimos meses para o segmento jovem.
- > O ARPU no segundo trimestre de 2006 registou um decréscimo de 7,8% para 20,9 euros, em resultado da descida de 15,5% do ARPU de interligação devido à redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel.

Móvel Brasil

- > Os desligamentos líquidos totalizaram 1.613 mil clientes no segundo trimestre de 2006, em resultado de um ajustamento da base de dados de 1.823 mil clientes inativos, nomeadamente devido à migração dos sistemas para uma plataforma única. No final de Junho de 2006, a Vivo detinha 28.525 mil clientes, um aumento de 0,3% face a igual período do ano anterior. No final de Junho de 2006, a quota de mercado da Vivo era de 40,6% nas áreas de operação e de 31,1% em todo o Brasil.
- > No segundo trimestre de 2006, as receitas de dados representaram 7,7% das receitas de serviços, sendo já cerca de 35% geradas por receitas de serviços de dados que não os SMS.
- > O MOU da Vivo diminuiu 16,4% no segundo trimestre de 2006 para 66 minutos, em resultado essencialmente da evolução negativa do MOU do segmento pré-pago, que foi influenciado pela redução do tráfego de entrada. O MOU do segmento pós-pago manteve-se estável no segundo trimestre de 2006.
- > No segundo trimestre de 2006, o ARPU diminuiu 15,8%, face ao segundo trimestre de 2005, para 24,1 reais, em resultado principalmente da redução do tráfego de entrada, da migração de tráfego fixo-móvel para móvel-móvel e das promoções de tráfego.

Multimédia

- > O número total de clientes de TV por subscrição atingiu os 1.444 mil no final de Junho de 2006, com 28 mil desligamentos líquidos no segundo trimestre de 2006, principalmente em resultado da conjuntura macroeconómica desfavorável e do aumento da concorrência. No final de Junho de 2006, o número de clientes por cabo e por satélite situou-se em 1.072 mil e 371 mil respectivamente.
- > O ARPU total de TV por subscrição no segundo trimestre de 2006 aumentou 4,1%, para 29,2 euros, reflectindo essencialmente o sucesso do pacote digital “TV Cabo Fantastic Life”, o qual oferece 65 canais.
- > O número de clientes de banda larga via cabo ascendeu a 344 mil no final de Junho de 2006, um aumento de 3,4%, face a igual período do ano anterior. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes por cabo atingiu 32,1%, registando um aumento de 1,2pp no segundo trimestre de 2006, face ao mesmo período do ano anterior.

03

Demonstração de Resultados Consolidados

Tabela 3 _ Demonstração de Resultados Consolidados ⁽¹⁾						
	milhões de euros					
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Receitas operacionais	1.523,0	1.576,6	(3,4%)	3.088,6	3.028,7	2,0%
Rede fixa	478,9	522,6	(8,4%)	970,4	1.035,0	(6,2%)
Móvel Portugal • TMN	347,2	349,2	(0,6%)	685,1	694,7	(1,4%)
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	491,2	499,2	(1,6%)	1.014,4	896,5	13,1%
Multimédia • PT Multimedia	163,7	157,2	4,2%	323,8	309,8	4,5%
Outras	42,1	48,4	(13,2%)	94,9	92,6	2,4%
Custos operacionais, excluindo amortizações	1.020,2	1.018,1	0,2%	1.998,4	1.851,2	8,0%
Custos com pessoal	171,1	174,2	(1,8%)	351,7	337,1	4,3%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	7,8	22,3	(65,3%)	23,9	44,7	(46,5%)
Custos directos dos serviços prestados	200,3	217,4	(7,9%)	402,5	427,8	(5,9%)
Custos de telecomunicações	110,8	139,3	(20,4%)	228,8	271,8	(15,8%)
Custos de programação	38,8	34,3	13,1%	75,3	68,7	9,7%
Listas telefónicas	19,3	20,9	(7,4%)	38,5	41,6	(7,6%)
Outros	31,3	22,9	36,5%	59,9	45,7	31,1%
Custos das mercadorias vendidas	155,5	187,1	(16,9%)	290,6	297,2	(2,2%)
Marketing e publicidade	36,5	46,5	(21,6%)	72,8	79,3	(8,1%)
Manutenção e conservação	39,8	40,1	(0,6%)	81,4	78,1	4,2%
Fornecimentos e serviços externos	265,8	249,1	6,7%	516,1	454,6	13,5%
Provisões	89,5	33,8	164,5%	150,7	40,1	276,1%
Impostos, excluindo impostos sobre rendimento	43,3	39,2	10,6%	90,9	76,4	19,0%
Outros custos operacionais	10,6	8,4	26,3%	17,9	16,0	11,4%
Result. operacionais antes de amort. (EBITDA) ⁽²⁾	502,9	558,4	(10,0%)	1.090,2	1.177,5	(7,4%)
Amortizações	299,6	276,0	8,5%	597,1	523,3	14,1%
Resultado operacional ⁽³⁾	203,3	282,4	(28,0%)	493,1	654,2	(24,6%)
Outros custos (receitas)	32,7	81,5	(59,8%)	36,7	99,2	(63,0%)
Custos do programa de redução de efectivos	24,5	75,2	(67,4%)	25,0	90,5	(72,3%)
Menos (mais) valias na alienação de imobilizado	0,5	(0,2)	n.s.	(0,2)	0,4	n.s.
Outros custos líquidos	7,7	6,4	20,0%	11,9	8,2	44,3%
Resultado antes result. financeiros e impostos	170,5	200,9	(15,1%)	456,4	555,0	(17,8%)
Custos (ganhos) financeiros	87,1	46,3	88,2%	108,9	104,9	3,9%
Juros suportados líquidos	63,5	63,1	0,6%	113,7	116,2	(2,2%)
Diferenças de câmbio desfavoráveis (favoráveis) líq.	7,1	(26,3)	n.s.	(2,0)	(35,9)	(94,5%)
Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidos	22,5	14,4	56,3%	12,8	22,0	(41,8%)
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(22,4)	(21,6)	3,5%	(45,5)	(28,5)	59,5%
Outros custos financeiros	16,5	16,7	(1,6%)	29,9	31,1	(3,8%)
Resultado antes de impostos	83,4	154,6	(46,1%)	347,5	450,1	(22,8%)
Imposto sobre o rendimento	92,4	(64,4)	n.s.	50,8	(156,3)	n.s.
Resultado das operações continuadas	175,8	90,2	94,9%	398,3	293,8	35,6%
Resultado das operações descontinuadas	0,0	2,5	n.s.	0,0	1,6	n.s.
Interesses minoritários	14,9	8,4	77,7%	3,2	(11,8)	n.s.
Resultado consolidado líquido	190,7	101,1	88,7%	401,5	283,5	41,6%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

03 Demonstração de Resultados Consolidados

Receitas Operacionais Consolidadas

Tabela 4 _ Receitas Operacionais Consolidadas – Receitas por Segmento de Negócio ⁽¹⁾						milhões de euros
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Rede fixa	522,6	563,0	(7,2%)	1.053,5	1.116,1	(5,6%)
Móvel Portugal • TMN	363,5	373,8	(2,8%)	719,9	748,1	(3,8%)
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	491,1	499,1	(1,6%)	1.014,4	896,4	13,2%
Multimédia • PT Multimedia	164,0	157,7	4,0%	324,7	310,3	4,6%
Outros e eliminações	(18,1)	(17,1)	5,7%	(23,8)	(42,2)	(43,5%)
Receitas operacionais consolidadas	1.523,0	1.576,6	(3,4%)	3.088,6	3.028,7	2,0%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

As receitas operacionais consolidadas aumentaram 2,0% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 3.089 milhões de euros, reflectindo uma maior contribuição da Vivo, devido à apreciação do real no período, e da PTM. Considerando uma taxa de câmbio constante, as receitas operacionais consolidadas teriam decrescido 4,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, essencialmente devido à menor contribuição do negócio de rede fixa e da TMN, reflectindo o impacto da descida das tarifas de interligação e a redução das receitas da Vivo em reais.

As receitas operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 5,6% (63 milhões de euros) para 1.053 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, o crescimento das receitas de ADSL e dos planos de preços não foi suficiente para compensar o decréscimo das receitas de tráfego e acesso, resultantes da contínua concorrência dos operadores fixos e móveis. No primeiro semestre de 2006, o impacto negativo da redução das tarifas de interligação fixo-móvel situou-se em 17 milhões de euros.

As receitas operacionais da TMN decresceram 3,8% (28 milhões de euros) para 720 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, essencialmente em resultado da redução das receitas de interligação. As tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel registaram no primeiro semestre de 2006 uma redução média anual de 21,7% e 22,1%, respectivamente, fixando-se ambas em 0,12 euros por minuto para a TMN, em Abril de 2006. As tarifas de interligação vão continuar a cair 0,50 centimos de euros por trimestre para 0,11 euros em Outubro de 2006. No primeiro semestre de 2006, o impacto nas receitas da TMN resultante da descida das tarifas de interligação foi de 30 milhões. Excluindo este efeito, as receitas operacionais ter-se-iam mantido estáveis no primeiro semestre de 2006.

As receitas operacionais da Vivo aumentaram 13,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.014 milhões de euros, essencialmente em resultado da apreciação do real face ao euro de 23,1% no período (190 milhões de euros). As receitas operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, diminuíram 8,1% no primeiro semestre de 2006, em resultado do ambiente competitivo.

As receitas operacionais da PTM aumentaram 4,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 325 milhões de euros, em resultado do crescimento de 5,4% das receitas da TV por

03 Demonstração de Resultados Consolidados

subscrição e Internet por cabo. Este crescimento está suportado no aumento do ARPU, impulsionado pelo sucesso do serviço digital “TV Cabo Funtastic Life”.

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Rede fixa	478,9	522,6	(8,4%)	970,4	1.035,0	(6,2%)
Móvel Portugal • TMN	347,2	349,2	(0,6%)	685,1	694,7	(1,4%)
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	491,2	499,2	(1,6%)	1.014,4	896,5	13,1%
Multimédia • PT Multimedia	163,7	157,2	4,2%	323,8	309,8	4,5%
Outros	42,1	48,4	(13,2%)	94,9	92,6	2,4%
Receitas operacionais consolidadas	1.523,0	1.576,6	(3,4%)	3.088,6	3.028,7	2,0%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

A diferença na taxa de crescimento das receitas operacionais do segmento de negócio Móvel Portugal e a contribuição desse negócio para as receitas operacionais consolidadas está relacionada com a redução das tarifas de interligação fixo-móvel ocorrida durante o período em análise. As receitas operacionais do segmento de negócio Móvel Portugal, que decresceram 3,8% (28 milhões de euros) no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, foram influenciadas negativamente pelo impacto da redução das tarifas de interligação, no montante de 30 milhões de euros.

EBITDA

	2T06	2T05	Δ 06/05	Margem	1S06	1S05	Δ 06/05	Margem
Rede fixa	240,0	250,7	(4,3%)	45,9	486,9	521,7	(6,7%)	46,2
Móvel Portugal • TMN	163,1	165,4	(1,4%)	44,9	318,8	334,2	(4,6%)	44,3
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	57,9	98,8	(41,4%)	11,8	197,6	241,0	(18,0%)	19,5
Multimédia • PT Multimedia	55,9	51,3	8,9%	34,1	106,2	96,1	10,5%	32,7
Outros	(14,1)	(7,8)	80,7%	n.s.	(19,3)	(15,5)	24,0%	n.s.
EBITDA total	502,9	558,4	(10,0%)	33,0	1.090,2	1.177,5	(7,4%)	35,3
Margem EBITDA (%)	33,0	35,4	(2,4pp)		35,3	38,9	(3,6pp)	

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06. (2) EBITDA = Resultado operacional + amortizações.

O EBITDA diminuiu 7,4% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.090 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 35,3%. A redução de 87 milhões de euros no EBITDA é essencialmente explicada: (1) pelo impacto negativo da redução das tarifas de interligação (18 milhões de euros); (2) pela reversão de uma provisão relativa a uma conta a receber da Angola Telecom (23 milhões de euros) no primeiro trimestre de 2005, e (3) pela provisão reconhecida na Vivo para fazer face a problemas de facturação relativos à migração dos sistemas para uma plataforma única (30 milhões de euros).

No primeiro semestre de 2006, o EBITDA do negócio da rede fixa diminuiu 6,7% para 487 milhões de euros. Excluindo o impacto relativo à conta a receber da Angola Telecom registado no primeiro trimestre de 2005, o EBITDA da rede fixa teria decrescido 2,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do

03 Demonstração de Resultados Consolidados

ano anterior, principalmente em resultado da redução das receitas de tráfego e dos níveis de desligamento de linhas.

A contribuição da PTM para o EBITDA consolidado aumentou 1,6pp para 9,7% no primeiro semestre de 2006, impulsionado pelo crescimento do ARPU e pelas melhorias da margem ocorridas nesse período.

A contribuição dos negócios móveis para o EBITDA consolidado diminuiu 1,5pp no primeiro semestre de 2006 para 47,4%, essencialmente em resultado do decréscimo do EBITDA da Vivo. A redução do EBITDA da Vivo no primeiro semestre de 2006, considerando uma taxa de câmbio constante, decorre essencialmente dos aumentos das provisões, custos de call centers e outsourcing. No caso da TMN e excluindo o impacto negativo da descida das tarifas de interligação fixo-móvel, no montante de 16 milhões de euros, o EBITDA ter-se-ia mantido estável no primeiro semestre de 2006, em 335 milhões de euros.

O EBITDA dos outros negócios foi negativo em 19 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a 16 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2005, principalmente devido ao decréscimo das comissões de gestão facturadas à: (1) Unitel que, em resultado da cessação do contrato de gestão em Dezembro de 2005 e das negociações de um novo contrato não se encontrarem concluídas, não registou quaisquer comissões de gestão no primeiro semestre de 2006, e (2) Vivo, que registou um desempenho operacional e bolsista mais fraco, resultando na redução das comissões.

Custos Operacionais Consolidados

Tabela 7 _ Custos Operacionais Consolidados ⁽¹⁾							milhões de euros
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05	% Receit.
Custos com pessoal	171,1	174,2	(1,8%)	351,7	337,1	4,3%	11,4
Custos com benefícios de reforma	7,8	22,3	(65,3%)	23,9	44,7	(46,5%)	0,8
Custos directos dos serv. prestados	200,3	217,4	(7,9%)	402,5	427,8	(5,9%)	13,0
Custos de telecomunicações	110,8	139,3	(20,4%)	228,8	271,8	(15,8%)	7,4
Custos de programação	38,8	34,3	13,1%	75,3	68,7	9,7%	2,4
Listas telefónicas	19,3	20,9	(7,4%)	38,5	41,6	(7,6%)	1,2
Outros	31,3	22,9	36,5%	59,9	45,7	31,1%	1,9
Custo das mercadorias vendidas	155,5	187,1	(16,9%)	290,6	297,2	(2,2%)	9,4
Marketing e publicidade	36,5	46,5	(21,6%)	72,8	79,3	(8,1%)	2,4
Fornecimentos e serviços externos	265,8	249,1	6,7%	516,1	454,6	13,5%	16,7
Provisões	89,5	33,8	164,5%	150,7	40,1	276,1%	4,9
Impostos, excl. impostos s/ rendimento	43,3	39,2	10,6%	90,9	76,4	19,0%	2,9
Outros custos operacionais diversos	50,5	48,5	4,1%	99,3	94,2	5,4%	3,2
Custos operacionais, excl. amortizações	1.020,2	1.018,1	0,2%	1.998,4	1.851,2	8,0%	64,7
Amortizações	299,6	276,0	8,5%	597,1	523,3	14,1%	19,3
Custos operacionais	1.319,8	1.294,2	2,0%	2.595,5	2.374,5	9,3%	84,0

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

Os custos operacionais consolidados totalizaram 2.595 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, um aumento de 9,3% face a igual período do ano anterior, devido essencialmente à apreciação do real face ao

euro e ao incremento das provisões. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais consolidados teriam registado um aumento de 0,6% no período.

Os custos com pessoal aumentaram 4,3% no primeiro semestre de 2006 para 352 milhões de euros, equivalentes a 11,4% das receitas operacionais consolidadas. Considerando uma taxa de câmbio do Real constante, os custos com o pessoal teriam registado uma diminuição de 1,1% no período, principalmente em resultado do decréscimo de 4,2% ocorrido no negócio de rede fixa, bem como do facto de em 2006 não ter havido atribuição de acções da PT aos trabalhadores. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 19,8% (em reais) dos custos com pessoal na Mobitel, a operação de call centers da PT no Brasil, devido à incorporação adicional de 1.121 trabalhadores no período.

Os custos com benefícios de reforma (PRBs) diminuíram 46,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 24 milhões de euros, principalmente em resultado: (1) do efeito líquido da redução da taxa de desconto, de 5,3% no primeiro semestre de 2005 para 4,86% no primeiro semestre de 2006 (9 milhões de euros), e (2) do aumento da rentabilidade esperada dos activos resultante das contribuições efectuadas para o fundo de pensões, incluindo a contribuição extraordinária de 300 milhões de euros realizada no segundo trimestre de 2006 (15 milhões de euros).

Os custos directos dos serviços prestados diminuíram 5,9% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 402 milhões de euros. Esta rubrica representou 13,0% das receitas operacionais consolidadas. Os custos de telecomunicações, a principal componente dos custos directos dos serviços prestados, diminuíram 15,8% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 229 milhões de euros, essencialmente devido à descida do volume de tráfego na rede fixa e à redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel em Portugal. Os custos de telecomunicações representaram 7,4% das receitas operacionais consolidadas. Os custos de programação aumentaram 9,7% no primeiro semestre de 2006, face a igual período ano anterior, para 75 milhões de euros, principalmente em resultado do lançamento da oferta digital no segundo trimestre de 2005 e da introdução de um novo canal premium de cinema.

Os custos das mercadorias vendidas registaram um decréscimo de 2,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 291 milhões de euros, apesar do impacto da apreciação do real face ao euro (38 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos das mercadorias vendidas teriam diminuído 14,9% no período para 253 milhões de euros, principalmente devido a uma menor actividade comercial na Vivo, face ao mesmo período do ano anterior.

Os custos de marketing e publicidade diminuíram 8,1% no primeiro semestre de 2006 para 73 milhões de euros, essencialmente em resultado do decréscimo na TMN (5 milhões de euros), bem como da redução na rede fixa (3 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pela apreciação do real face ao euro (7 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos de marketing e publicidade teriam diminuído 16,8% no período.

Os custos de fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 13,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 516 milhões de euros, principalmente em resultado da apreciação do real face ao euro (42 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos de fornecimentos e serviços externos teriam aumentado 4,3% no período, principalmente em resultado do acréscimo das comissões na TMN e na Vivo, bem como do aumento do outsourcing e dos custos de call centers na Vivo, relacionados com o aumento da actividade comercial. Esta rubrica representou 16,7% das receitas operacionais consolidadas.

As provisões aumentaram de 40 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 151 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. Este acréscimo resulta principalmente do aumento de 30 milhões de euros e 81 milhões de euros na rede fixa e na Vivo, respectivamente. O aumento das provisões na rede fixa ficou a dever-se principalmente à reversão de uma provisão no primeiro trimestre de 2005, referente a uma conta a receber de uma dívida da Angola Telecom, que havia sido totalmente provisionada em anos anteriores (23 milhões de euros). O aumento nas provisões na Vivo ficou a dever-se maioritariamente à apreciação do real face ao euro (23 milhões de euros) e ao acréscimo das provisões para dívidas de cobrança duvidosa, decorrente de problemas de facturação em resultado da migração dos sistemas para uma plataforma única. No primeiro semestre de 2006, esta rubrica de custos representou 4,9% das receitas operacionais consolidadas.

Os impostos, excluindo impostos sobre o rendimento, que incluem essencialmente impostos indirectos e custos de espectro (TMN e Vivo), aumentaram de 76 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 91 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, dos quais 13 milhões de euros referentes à apreciação do real no período. Considerando uma taxa de câmbio constante, esta rubrica teria aumentado 2,5% no período, em resultado do acréscimo dos custos de espectro na Vivo.

As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo aumentaram 14,1% no primeiro semestre de 2006, para 597 milhões de euros, maioritariamente devido ao aumento da contribuição da Vivo (56 milhões de euros) e da PTM (13 milhões de euros). O aumento das amortizações da Vivo ficou a dever-se essencialmente: (1) ao impacto da apreciação do real face ao euro no montante de 48 milhões de euros, e (2) ao aumento do capex em 2005, relativo a expansão de rede e de cobertura. Esta rubrica de custos representou 19,3% das receitas operacionais consolidadas.

Resultado Líquido

Os custos com o programa de redução de efectivos situaram-se em 25 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, o que compara com 91 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

Os encargos financeiros líquidos decresceram 2,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 114 milhões de euros, essencialmente em resultado da redução de aproximadamente 0,1% do custo médio da dívida para 5,9% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, bem como do decréscimo da dívida líquida média no primeiro semestre de 2006. Estes efeitos

foram parcialmente compensados pelo impacto da apreciação do real face ao euro (8 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os encargos financeiros líquidos teriam decrescido 8,9% no período. Excluindo o Brasil, o custo médio da dívida foi de 4,0%, o que compara com 4,2% no primeiro semestre de 2005, beneficiando do aumento do valor justo das opções sobre ações, associadas às obrigações convertíveis de Dezembro de 2006 (1 milhão de euros). Ajustado deste efeito, o custo da dívida, excluindo o Brasil, foi de 4,1%.

Os ganhos cambiais líquidos totalizaram 2 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, o que compara com 36 milhões de euros no primeiro semestre de 2005. Os ganhos registados no primeiro semestre de 2006 foram maioritariamente relativos a ganhos referentes à dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, relacionados com a apreciação do real face ao dólar, os quais foram compensados pelas perdas cambiais relativas aos dividendos a receber da Unitel (denominadas em dólares), na sequência da desvalorização do dólar face ao euro no período. Os ganhos registados no primeiro semestre de 2005 foram maioritariamente relativos a: (1) ganhos referentes à dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, relacionados com a apreciação do real face ao dólar, e (2) empréstimos intra-grupo da PT à Vivo (denominados em dólares), relacionados com a apreciação do dólar face ao euro.

As perdas líquidas em activos financeiros totalizaram 13 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a perdas líquidas de 22 milhões de euros no primeiro semestre de 2005. Esta rubrica incluiu essencialmente ganhos e perdas em determinados contratos derivados, nomeadamente: (1) contratos de equity swap sobre ações da PTM (perdas líquidas de 7 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a ganhos líquidos de 0,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2005); (2) derivados cambiais da Vivo, que não cobrem nenhum risco específico (ganhos líquidos de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2006, face a perdas líquidas de 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2005), e (3) derivados cambiais da PT, que não cobrem nenhum risco específico (perdas líquidas de 8 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a ganhos líquidos de 10 milhões de euros no mesmo período do ano anterior).

Os ganhos relativos a empresas associadas totalizaram 45 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a 29 milhões de euros no primeiro semestre de 2005. Esta rubrica incluiu essencialmente a proporção da PT nos resultados líquidos da Unitel em Angola (35 milhões de euros), da Médi Télécom em Marrocos (11 milhões de euros), da CTM em Macau (7 milhões de euros) e da UOL no Brasil (4 milhões de euros), a qual foi compensada pelo reconhecimento de perdas relacionadas com um potencial investimento no Congo (8 milhões de euros). A melhoria nesta rubrica de 17 milhões de euros é essencialmente explicada pelo aumento dos ganhos da Unitel (de 14 milhões de euros para 35 milhões de euros).

Os outros custos financeiros totalizaram 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a 31 milhões de euros no primeiro semestre de 2005, e incluem maioritariamente serviços bancários, comissões, descontos financeiros e outros custos de financiamento.

O imposto sobre o rendimento registou no primeiro semestre de 2006 um valor negativo de 51 milhões de euros, devido: (1) ao reconhecimento de um benefício fiscal de 53 milhões de euros no primeiro trimestre

de 2006, em resultado da liquidação de uma holding, e (2) ao ganho de 142 milhões de euros registado no segundo trimestre de 2006, relacionado com a redução dos impostos diferidos passivos decorrente da tributação voluntária sobre mais-valias. No âmbito da reestruturação empresarial interna em curso, a PT adoptou o regime de tributação voluntária sobre mais-valias, tendo utilizado os prejuízos fiscais reportáveis para compensar o imposto devido. Excluindo estes efeitos extraordinários em 2006, o imposto sobre o rendimento teria sido de 143 milhões de euros, face a 156 milhões de euros no primeiro semestre de 2005, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 42% (35% no primeiro semestre de 2005). O acréscimo da taxa efectiva de imposto resultou essencialmente ao aumento dos prejuízos registados pela Vivo

A rubrica de operações descontinuadas inclui o resultado das empresas que foram vendidas nos períodos reportados, e as mais-valias líquidas de imposto obtidas com a venda desses investimentos. Na sequência do anúncio da venda da Lusomundo Serviços (negócio media da PTM) e da PrimeSys, estes negócios foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas no primeiro semestre de 2005, como operações descontinuadas. Como consequência, os resultados destas empresas foram incluídos nesta rubrica em 2005 até à data efectiva de venda, que no caso da Lusomundo Serviços ocorreu em 25 de Agosto de 2005 e da PrimeSys em 25 de Novembro de 2005.

Os prejuízos atribuíveis a interesses minoritários totalizaram 3 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a lucros de 12 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, esta rubrica incluiu principalmente os prejuízos atribuíveis a interesses minoritários das subsidiárias da Vivo (29 milhões de euros, face a lucros de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2005) e os lucros atribuíveis a interesses minoritários da PTM (18 milhões de euros, face a 5 milhões de euros no primeiro semestre de 2005).

O resultado líquido aumentou 41,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 402 milhões de euros, principalmente devido ao efeito da reestruturação fiscal realizada no período.

04

Capex

Tabela 8 _ Capex por Segmento de Negócio ⁽¹⁾							milhões de euros	
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05	% Recreit.	
Rede fixa	55,3	54,3	2,0%	99,6	96,5	3,2%	9,5	
Móvel Portugal • TMN	29,0	28,9	0,4%	51,5	47,7	7,9%	7,2	
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	61,3	66,5	(7,8%)	114,6	143,0	(19,9%)	11,3	
Multimédia • PT Multimedia	41,6	39,6	4,9%	75,3	55,6	35,5%	23,2	
Outros	6,5	12,2	(46,4%)	15,3	25,5	(40,0%)	n.s.	
Capex total	193,8	201,5	(3,8%)	356,3	368,3	(3,3%)	11,5	

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

No primeiro semestre de 2006, o total do capex decresceu 3,3%, face a igual período do ano anterior, para 356 milhões de euros, principalmente devido ao decréscimo da contribuição da Vivo considerando uma taxa de câmbio constante (50 milhões de euros), o qual foi parcialmente compensado pelo impacto da apreciação do real face ao euro (22 milhões de euros), e pelo aumento do capex na PTM. Considerando uma taxa de câmbio constante, o capex teria diminuído 9,3% no período. O total do capex foi equivalente a 11,5% das receitas operacionais.

O capex do negócio de rede fixa aumentou 3,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 100 milhões de euros, equivalente a 9,5% das receitas operacionais. Este capex foi essencialmente direccionado para o investimento em banda larga, em termos de cobertura e de largura de banda.

O capex da TMN aumentou 7,9% no primeiro semestre de 2006 para 51 milhões de euros, equivalente a 7,2% das receitas operacionais, principalmente em resultado da aceleração do investimento em 3G, que representou aproximadamente 80% do capex de rede da TMN.

A proporção da PT no capex da Vivo diminuiu 19,9% no primeiro semestre de 2006, para 115 milhões de euros, o que corresponde a 11,3% das receitas operacionais. O capex da Vivo em reais diminuiu 34,9% face a igual período do ano anterior, principalmente devido ao decréscimo no capex de rede. O capex da Vivo foi essencialmente direccionado para: (1) a cobertura e qualidade da rede, e (2) a consolidação e racionalização dos sistemas de facturação, CRM e ERP.

O capex da PTM aumentou de 56 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 75 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, em resultado essencialmente: (1) do investimento em capacidade adicional de transponders; (2) do aumento das casas passadas e da reestruturação da arquitectura da rede de fibra para uma arquitectura “fiber to the hub”, afim de permitir uma maior largura de banda, e (3) do aumento de equipamento terminal no âmbito do programa de digitalização.

O capex dos outros negócios ascendeu a 15 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, o que compara com 25 milhões de euros em igual período do ano anterior. Esta rubrica inclui o capex relativo a outras operações do grupo que são consolidadas integralmente, mas que não fazem parte dos segmentos principais de negócio, bem como o capex de outras empresas instrumentais.

05

Cash Flow

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05	% Recreit.
Rede fixa	184,6	196,4	(6,0%)	387,3	425,2	(8,9%)	36,8
Móvel Portugal • TMN	134,1	136,5	(1,7%)	267,3	286,5	(6,7%)	37,1
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	(3,4)	32,3	n.s.	83,0	98,0	(15,3%)	8,2
Multimédia • PT Multimedia	14,3	11,7	22,4%	30,9	40,5	(23,7%)	9,5
Outros	(20,6)	(19,9)	3,2%	(34,5)	(41,0)	(15,7%)	n.s.
EBITDA menos Capex total	309,1	357,0	(13,4%)	734,0	809,2	(9,3%)	23,8

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

O EBITDA menos Capex diminuiu 9,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 734 milhões de euros. No seu conjunto, os negócios domésticos representaram aproximadamente 93% do total do EBITDA menos Capex.

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
EBITDA menos Capex	309,1	357,0	(13,4%)	734,0	809,2	(9,3%)
Itens não monetários incluídos no EBITDA:						
Custos com benefícios de reforma	7,8	22,3	(65,3%)	23,9	44,7	(46,5%)
Provisões e outras rubricas não monetárias	6,6	36,5	(81,9%)	9,3	23,4	(60,4%)
Varição do fundo de maneo	34,6	(41,4)	n.s.	(126,5)	(255,2)	(50,4%)
Free cash flow operacional	358,0	374,4	(4,4%)	640,7	622,2	3,0%
Aquisição de investimentos financeiros ⁽¹⁾	(32,4)	(8,9)	264,8%	(32,4)	(10,5)	209,0%
Alienação de empresas ⁽²⁾	0,0	15,9	(100,0%)	0,0	15,9	(100,0%)
Juros pagos	(135,6)	(71,7)	89,1%	(251,0)	(138,3)	81,5%
Pagamentos relativos a benefícios de reforma ⁽³⁾	(55,4)	(43,1)	28,4%	(147,2)	(183,0)	(19,6%)
Impostos sobre o rendimento pagos por subsidiárias	(3,8)	(13,4)	(71,6%)	(20,8)	(24,1)	(13,4%)
Outros movimentos	(33,6)	(11,6)	190,5%	(18,7)	(18,9)	(0,8%)
Free cash flow	97,2	241,6	(59,8%)	170,5	263,4	(35,3%)

(1) No segundo trimestre de 2006, esta rubrica incluiu maioritariamente a contribuição da PT para o aumento de capital do BES (19 milhões de euros). (2) No segundo trimestre de 2005, esta rubrica incluiu 15 milhões de euros relativos à venda da Intelsat. (3) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica incluiu: (i) 47 milhões de euros referentes a contribuições para o fundo de pensões; (ii) 72 milhões de euros referentes a pagamentos de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma; (iii) 16 milhões de euros referentes a pagamentos à PT-ACS relativos a custos com cuidados de saúde prestados a trabalhadores reformados, pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma, e (iv) 13 milhões de euros referentes ao programa de redução de efectivos.

No primeiro semestre de 2006, o free cash flow operacional aumentou 3,0% face ao ano anterior, para 641 milhões de euros, em resultado principalmente do menor investimento em fundo de maneo, o qual foi parcialmente compensado pela redução de 75 milhões de euros do EBITDA menos Capex. O aumento do investimento em fundo de maneo no primeiro semestre de 2006 ficou a dever-se essencialmente ao decréscimo de 103 milhões de euros das contas a pagar a fornecedores de activos fixos, nomeadamente na Vivo e TMN, relacionado com o capex realizado no quarto trimestre de 2005.

O free cash flow diminuiu de 263 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 170 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, principalmente devido ao aumento dos juros liquidados, nomeadamente: (1) na Portugal Telecom, que no primeiro semestre de 2006 incluiu os juros pagos dos Eurobonds emitidos em 2005 e os juros do Eurobond que maturou em Fevereiro de 2006, e (2) na Vivo, que incluiu os juros resultantes da reestruturação da dívida realizada no primeiro semestre de 2006. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do cash flow operacional e pela redução dos pagamentos relativos a benefícios de reforma, em resultado de no primeiro semestre de 2005 se terem efectuado contribuições superiores relativas ao programa de redução de efectivos.

06

Balanço Consolidado

Tabela 11 _ Balanço Consolidado ⁽¹⁾		milhões de euros	
	30 Junho 2006	31 Dezembro 2005	
Activo corrente	3.574,3	6.153,7	
Disponibilidades e títulos negociáveis	1.491,8	3.911,8	
Contas a receber	1.490,0	1.633,5	
Existências	213,0	170,3	
Impostos a recuperar	192,2	203,8	
Custos diferidos e outros activos correntes	187,3	234,3	
Activo não corrente	9.921,4	10.475,1	
Contas a receber	15,5	20,5	
Custos diferidos	2,9	3,4	
Impostos a recuperar	118,0	117,2	
Investimentos financeiros	541,5	521,7	
Activos intangíveis	3.514,1	3.601,6	
Activos tangíveis	3.878,1	4.062,0	
Activos por impostos diferidos	1.148,2	1.387,8	
Outros activos não correntes	703,1	760,8	
Total do activo	13.495,7	16.628,8	
Passivo corrente	3.629,9	4.947,5	
Dívida de curto prazo	1.447,2	2.415,6	
Contas a pagar	946,3	1.129,9	
Acréscimos de custos	564,7	707,9	
Receitas diferidas	197,0	208,2	
Impostos a pagar	254,0	237,2	
Provisões e outros passivos correntes	220,6	248,7	
Passivo não corrente	7.362,4	9.099,2	
Dívida de médio e longo prazo	4.425,0	5.168,6	
Contas a pagar	4,7	6,1	
Impostos a pagar	30,4	30,9	
Receitas diferidas	0,4	0,4	
Benefícios de reforma	1.990,4	2.635,9	
Passivos por impostos diferidos	55,5	334,9	
Provisões e outros passivos não corrente	856,0	922,4	
Total do passivo	10.992,4	14.046,7	
Capital, excluindo interesses minoritários	1.788,4	1.828,4	
Interesses minoritários	714,9	753,7	
Total do capital próprio	2.503,3	2.582,1	
Total do capital próprio e do passivo	13.495,7	16.628,8	

(1) Considerando uma taxa de câmbio euro/real de 2,7440 no final de 2005 e de 2,7829 no final de Junho de 2006.

O decréscimo dos activos e passivos no primeiro semestre de 2006 resultou essencialmente da redução da dívida bruta e das disponibilidades, na sequência do pagamento do Eurobond que maturou em Fevereiro de 2006 no montante de 900 milhões de euros e dos dividendos pagos pela PT e PTM no segundo trimestre de 2006 no montante de 553 milhões de euros.

A exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil totalizou 7.517 milhões de reais a 30 de Junho de 2006 (2.701 milhões de euros ao câmbio euro/real em 30 de Junho de 2006). Os activos denominados em reais no balanço a 30 de Junho de 2006 totalizaram 4.927 milhões de euros, equivalentes a aproximadamente 37% do total do activo. Aproximadamente 95% da exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil corresponde ao investimento de 50% na Vivo.

O gearing [dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)] aumentou para 63,6% em 30 de Junho de 2006, de 58,7% em 31 de Dezembro de 2005, enquanto que o indicador [(capital próprio+dívida de longo prazo)/total do activo] aumentou para 51,3% de 46,6%. O indicador dívida líquida/EBITDA a 30 de Junho de 2006 era de 2,0 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era 9,6 vezes.

Dívida Líquida Consolidada

Tabela 12 _ Variação da Dívida Líquida		milhões de euros		
	2T06	1S06	1S05	
Dívida líquida (balanço inicial)	3.678,4	3.672,5	3.573,2	
Free cash flow (a subtrair)	97,2	170,5	263,4	
Operações descontinuadas (segmento Lusomundo Media e PrimeSys)	0,0	0,0	39,3	
Variações no fair value de instrumentos derivados para cobertura de risco cambial	(23,1)	(1,1)	15,1	
Efeitos de conversão cambial da dívida	(3,6)	(8,4)	97,3	
Renegociação do contrato de equity swap sobre acções da PTM ⁽¹⁾	(27,4)	(27,4)	0,0	
Dividendos pagos pela PT e PTM	553,3	553,3	419,6	
Warrants emitidos pela PTM	0,0	0,0	59,0	
Aquisição de acções próprias / contratos de equity swaps ⁽²⁾	0,0	62,1	150,9	
Contribuição extraordinária para benefícios após reforma	300,0	300,0	300,0	
Agrupamento de capital das empresas da Vivo ⁽³⁾	0,0	0,0	(16,8)	
Dívida líquida (balanço final)	4.380,5	4.380,5	4.295,6	
Aumento da dívida líquida	702,0	708,0	722,4	
Aumento da dívida líquida (%)	19,1%	19,3%	20,2%	

(1) Esta rubrica corresponde a um recebimento da PT em resultado do ajustamento no preço de exercício do contrato de equity swap sobre 30,6 milhões de acções da PTM. (2) Esta rubrica corresponde ao valor nominal de contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas em Abril de 2005. (3) Esta rubrica está essencialmente relacionada com o agrupamento de capital realizado por algumas subsidiárias da Brasilcel, no âmbito do qual as acções antigas foram agrupadas e trocadas por acções novas com um valor nominal mais elevado. Nesta operação financeira, determinados accionistas não exerceram o seu direito de trocar as acções antigas por acções novas e, como tal, estas acções novas foram subscritas por outros accionistas com o respectivo encaixe a ser recebido pelas subsidiárias da Brasilcel. Este valor pode ser exigido pelos accionistas detentores das acções antigas e, consequentemente, foi registado um passivo pelas subsidiárias da Brasilcel e incluído no balanço da PT.

A dívida líquida consolidada da PT em 30 de Junho de 2006 aumentou para 4.380 milhões de euros, face a 3.672 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005. O free cash flow de 170 milhões de euros gerado no período foi mais do que compensado: (1) pelos dividendos pagos no primeiro semestre de 2006 pela PT e pela PTM no montante de 553 milhões de euros; (2) pela contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma, e (3) pelos contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, celebrados no primeiro semestre de 2006, com um valor nominal de 62 milhões de euros. A variação da dívida líquida no primeiro semestre de 2006 foi similar à variação registada no primeiro semestre de 2005, dado que o decréscimo do free cash flow gerado no período, devido ao aumento dos juros liquidados, foi compensado pelo impacto cambial da dívida em moeda estrangeira.

06 Balanço Consolidado

Tabela 13 _ Dívida Líquida Consolidada				
	milhões de euros			
	30 Junho 2006	31 Dezembro 2005	Variação	Variação (%)
Dívida de curto prazo	1.447,2	2.415,6	(968,4)	(40,1%)
Empréstimos bancários	441,0	407,8	33,3	8,2%
Empréstimos obrigacionistas	0,0	899,5	(899,5)	(100,0%)
Obrigações convertíveis	389,0	390,3	(1,3)	(0,3%)
Outros empréstimos	425,0	589,7	(164,7)	(27,9%)
Responsabilidades de equity swaps em acções próprias ⁽¹⁾	164,1	102,0	62,1	60,8%
Locações financeiras	28,1	26,2	1,9	7,2%
Dívida de médio e longo prazo	4.425,0	5.168,6	(743,6)	(14,4%)
Empréstimos bancários	1.052,4	1.773,9	(721,5)	(40,7%)
Empréstimos obrigacionistas	3.135,3	3.138,0	(2,7)	(0,1%)
Outros empréstimos	2,9	31,2	(28,4)	(90,9%)
Locações financeiras	234,5	225,5	9,0	4,0%
Dívida total	5.872,3	7.584,2	(1.712,0)	(22,6%)
Disponibilidades e títulos negociáveis	1.491,8	3.911,8	(2.420,0)	(61,9%)
Dívida líquida consolidada	4.380,5	3.672,5	708,0	19,3%

(1) Esta rubrica corresponde ao valor nominal de contratos de equity swap sobre 20,6 milhões de acções da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas em Abril de 2005.

Em 30 de Junho de 2006, 75,4% da dívida total era de médio e longo prazo, do qual 69,8% da dívida total a taxas fixas. Nessa data, 85,1% da dívida total estava denominada em euros, 2,1% em dólares e 12,6% em reais. A 30 de Junho 2006, os únicos empréstimos da PT com rating triggers eram quatro empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), totalizando 375 milhões de euros. A 3 de Agosto de 2006, o rating da PT foi reduzido pela S&P para BBB- e pela Moody's para Baa2. No seguimento desta revisão do rating, a PT encontra-se no processo de renegociação dos termos e condições dos empréstimos do BEI. A PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 875 milhões de euros, dos quais 425 milhões de euros estavam utilizadas em 30 de Junho de 2006. A PT detém ainda linhas de crédito disponíveis no montante de 900 milhões de euros, das quais 75 milhões de euros estavam utilizados em 30 de Junho de 2006. Deste modo, o montante total disponível da PT em papel comercial e linhas de crédito ascendia a 1.275 milhões de euros em 30 de Junho de 2006.

A proporção de 50% da PT na dívida líquida da Vivo ascendeu a 641 milhões de euros em 30 de Junho de 2006. Aproximadamente 90% da dívida líquida da Vivo está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos derivativos.

Maturidade	Dívida líquida	Notas
2006	(290,7)	Posição líquida de cash, 390 milhões de euros de obrigações convertíveis emitidas em Dezembro 2001
2007	496,5	
2008	321,2	
2009	1.027,2	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril 1999
2010	229,0	
2011	124,2	
2012	1.094,5	Inclui 1.000 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março 2005
2013	115,9	
2014	52,1	
2015 e seguintes	1.210,5	Inclui 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março 2005 (maturidade em 2017) e 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Junho 2005 (maturidade em 2025)
Total	4.380,5	

Em 21 de Fevereiro de 2006, a PT efectuou o pagamento de 900 milhões de euros do Eurobond emitido em Fevereiro de 2001. O custo médio e a maturidade da dívida da PT no primeiro semestre de 2006, foi de 5,9% e 6,9 anos, respectivamente, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais. Excluindo a dívida brasileira, o custo médio da dívida foi de 4,0%, face a 4,2% no primeiro semestre de 2005, beneficiando do aumento do valor justo do equity option, associado às obrigações convertíveis de Dezembro de 2006 (1 milhão de euros). Ajustado deste último efeito, o custo da dívida, excluindo o Brasil, foi de 4,1%. A maturidade da dívida, excluindo o Brasil, situou-se em 7,5 anos no final de Junho de 2006.

	Actual	Outlook	Última alteração
Standard & Poor's	BBB-	Negativo	3 Agosto 2006
Moody's	Baa2	Negativo	3 Agosto 2006
Fitch Ratings	BBB	Negativo	4 Agosto 2006

Benefícios de Reforma

Em 30 de Junho de 2006, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e empregados suspensos, ascenderam a 4.806 milhões de euros. O PBO foi actualizado com base numa taxa de desconto de 5,0% para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde, e de 4,25% para as responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos. Os planos de benefícios de reforma encontram-se fechados à entrada de novos beneficiários, abrangendo aproximadamente 33.200 trabalhadores (dos quais 27% são trabalhadores ainda no activo) no caso de pensões e aproximadamente 28.700 trabalhadores (dos quais 30% são trabalhadores ainda ao serviço) no caso de responsabilidades com cuidados de saúde.

Tabela 16 _ Variação das Responsabilidades não Financiadas Brutas		milhões de euros
		1S06
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)		2.635,9
Custos com benefícios de reforma		23,9
Custos com o programa de redução de efectivos		25,0
Contribuições e pagamentos		(447,2)
Ganhos actuariais líquidos		(247,2)
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)		1.990,4
Variação das responsabilidades não financiadas brutas		(645,5)
Variação das responsabilidades não financiadas brutas (%)		(24,5%)

No primeiro semestre de 2006, os ganhos actuariais líquidos situaram-se em 247 milhões de euros, em resultado do efeito líquido de: (1) um ganho actuarial de 312 milhões de euros, que resultou do aumento da taxa de desconto para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde para 5,0% (face a 4,5%) e para as responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos para 4,25% (face a 3,5%), e (2) uma perda actuarial de 65 milhões de euros, em resultado da performance do fundo de pensões no período ter sido inferior à taxa de rentabilidade esperada dos activos, apesar de ter sido superior ao benchmark definido.

Os custos com benefícios de reforma diminuíram 21 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 24 milhões de euros, principalmente devido: (1) ao efeito líquido da redução da taxa de desconto nos custos financeiros (9 milhões de euros), e (2) ao aumento da rentabilidade esperada dos activos resultante das contribuições efectuadas para o fundo de pensões, incluindo a contribuição extraordinária de 300 milhões de euros realizada no segundo trimestre de 2006. Durante o primeiro semestre de 2006, o pagamento e contribuições efectuadas relativas a custos com benefícios de reforma totalizaram 447 milhões de euros.

Tabela 17 _ Pagamentos e Contribuições		milhões de euros
		1S06
Contribuições extraordinárias à PT Prestações		300,0
Contribuições regulares		46,8
Pagamento de salários a pré-reformados, empregados suspensos e outros ⁽¹⁾		84,8
Pagamento à PT ACS		15,6
Pagamentos referentes a custos com benefícios de reforma		447,2

(1) Esta rubrica inclui 13 milhões de euros relativos a custos com o programa de redução de efectivos de 2005.

Capital Próprio (excluindo Interesses Minoritários)

Em 30 de Junho de 2006, o capital próprio, excluindo interesses minoritários, ascendeu a 1.788 milhões de euros, uma redução de 40 milhões de euros no primeiro semestre de 2006.

Tabela 18 - Variação no Capital Próprio (excluindo Interesses Minoritários)		milhões de euros
	2T06	1S06
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)	2.086,9	1.828,4
Resultado líquido	190,7	401,5
Ajustamentos de conversão cambial ⁽¹⁾	(140,3)	(43,8)
Perdas actuariais líquidas, líquidas de efeito fiscal	179,7	179,7
Dividendos pagos	(526,4)	(526,4)
Compra de acções próprias ⁽²⁾	0,0	(62,1)
Variação valor justo de instrum. finan. de cobertura e investimento disponíveis para venda	(2,1)	11,1
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)	1.788,4	1.788,4
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários	(298,5)	(40,0)
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%)	(14,3%)	(2,2%)

(1) Esta rubrica está essencialmente relacionada com as alterações da taxa de câmbio do real face ao euro. (2) Esta rubrica corresponde ao valor nominal de contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas em Abril de 2005.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As reservas distribuíveis diminuíram de 720 milhões de euros no final de 2005 para 517 milhões de euros em 30 de Junho de 2006.

Tabela 19 - Variação nas Reservas Distribuíveis		milhões de euros
	2T06	1S06
Reservas distribuíveis (saldo inicial)	865,9	719,8
Dividendos pagos	(526,4)	(526,4)
Resultado líquido do exercício determinado de acordo com o POC	201,4	347,6
Dividendos não distribuídos pelas empresas subsidiárias	(21,2)	(21,2)
Outros	(2,7)	(2,8)
Reservas distribuíveis (saldo final)	517,1	517,1
Variação nas reservas distribuíveis	(348,9)	(202,8)
Variação nas reservas distribuíveis (%)	(40,3%)	(28,2%)
Reestruturação do capital social	1.072,4	1.072,4
Programa de share buyback executado através de equity swaps	164,1	164,1
Reservas distribuíveis pro-forma (saldo final)	1.425,4	1.425,4

As reservas distribuíveis podem ainda ser influenciadas negativamente pela depreciação do real face ao euro. Tendo em conta o nível de exposição da PT ao Brasil em 30 de Junho de 2006, a depreciação do real face ao euro só teria um impacto negativo nas reservas distribuíveis se a taxa de câmbio euro/real ultrapassasse os 4,1.

Na sequência da conclusão, em 11 de Setembro de 2006, da redução de capital aprovada para 395.099.775 euros, as reservas distribuíveis ajustadas pela redução de capital e pelo impacto do programa de share buyback já realizado até 6 de Fevereiro de 2006 (164 milhões de euros), ascenderam a 1.425 milhões de euros em 30 de Junho de 2006.

07

Recursos Humanos

Tabela 20 _ Número de Trabalhadores e Rácios de Produtividade

	30 Jun 2006	30 Jun 2006	Variação	Δ 06/05	31 Mar 2005	Variação
Trabalhadores Portugal	13.191	13.724	(533)	(3,9%)	13.310	(119)
Rede fixa	7.723	8.257	(534)	(6,5%)	7.795	(72)
Móvel Portugal • TMN	1.165	1.155	10	0,9%	1.174	(9)
Multimédia • PT Multimedia	1.338	1.323	15	1,1%	1.294	44
Outros	2.965	2.989	(24)	(0,8%)	3.047	(82)
Trabalhadores internacional	18.601	17.323	1.278	7,4%	18.690	(89)
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	2.884	3.016	(132)	(4,4%)	3.035	(151)
Outros ⁽²⁾	15.717	14.307	1.410	9,9%	15.655	62
Trabalhadores do grupo	31.792	31.047	745	2,4%	32.000	(208)
Acessos fixos por trabalhador	576	538	37	7,0%	570	5
Cartões móveis por trabalhador						
TMN	4.603	4.422	180	4,1%	4.530	73
Vivo	4.945	4.716	229	4,9%	4.965	(20)

(1) O número de trabalhadores do segmento Móvel Brasil corresponde a 50% dos trabalhadores da Vivo. (2) O aumento nesta rubrica resulta essencialmente da incorporação de mais 1.121 empregados de call center na Mobitel, o call center da PT no Brasil. A 30 de Junho de 2006, a Mobitel tinha um total de 14.466 trabalhadores, um acréscimo de 8,4% face ao final de Junho de 2005.

No final de Junho de 2006, a PT tinha 31.792 trabalhadores, dos quais 41,5% em Portugal. No negócio de rede fixa, o número de acessos por trabalhador aumentou 7,0% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 576 linhas, reflectindo o programa de redução de efectivos em curso, enquanto que na TMN o número de cartões por trabalhador aumentou 4,1% para 4.603. No final de Junho de 2006, o número total de trabalhadores da Vivo diminuiu 4,4% para 5.768 trabalhadores, tendo o número de cartões por trabalhador aumentado 4,9% para 4.945.

No final de Agosto de 2006, já tinham aderido mais 164 trabalhadores ao programa de redução de efectivos.

08

Rede Fixa

Tabela 21 _ Demonstração de Resultados - Rede Fixa ⁽¹⁾						milhões de euros
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Receitas operacionais	522,6	563,0	(7,2%)	1.053,5	1.116,1	(5,6%)
Prestação de serviços	509,4	550,5	(7,5%)	1.025,4	1.090,8	(6,0%)
Vendas	7,3	8,1	(9,9%)	14,8	15,7	(5,4%)
Outras receitas operacionais	5,9	4,4	33,0%	13,2	9,5	38,2%
Custos operacionais, excluindo amortizações	282,6	312,3	(9,5%)	566,6	594,4	(4,7%)
Custos com pessoal	69,5	72,7	(4,4%)	139,0	145,0	(4,2%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	7,7	22,3	(65,5%)	23,8	44,6	(46,7%)
Custos directos dos serviços prestados	88,9	95,3	(6,7%)	172,4	196,9	(12,4%)
Custos de telecomunicações	69,1	73,9	(6,6%)	134,1	154,4	(13,2%)
Listas telefónicas	19,3	20,8	(7,3%)	38,4	41,5	(7,6%)
Outros	0,6	0,6	2,5%	0,0	1,0	(96,3%)
Custo das mercadorias vendidas	7,6	5,9	29,0%	15,9	14,9	6,8%
Marketing e publicidade	10,0	15,6	(35,7%)	20,0	23,3	(13,9%)
Fornecimentos e serviços externos	70,9	75,3	(5,9%)	137,8	138,2	(0,3%)
Provisões	5,5	2,1	168,8%	14,5	(15,7)	n.s.
Outros custos operacionais	22,4	23,2	(3,4%)	43,2	47,2	(8,5%)
EBITDA	240,0	250,7	(4,3%)	486,9	521,7	(6,7%)
Amortizações	87,4	87,3	0,1%	170,9	173,6	(1,6%)
Resultado operacional	152,6	163,4	(6,6%)	316,0	348,0	(9,2%)
Margem EBITDA	45,9%	44,5%	1,4pp	46,2%	46,7%	(0,5pp)
Capex	55,3	54,3	2,0%	99,6	96,5	3,2%
Capex em % das receitas operacionais	10,6%	9,6%	0,9pp	9,5%	8,6%	0,8pp
EBITDA menos Capex	184,6	196,4	(6,0%)	387,3	425,2	(8,9%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

As receitas operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 7,2% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 523 milhões de euros, principalmente como resultado da descida das receitas de tráfego e das receitas de taxas fixas. O impacto do decréscimo das tarifas de interligação fixo-móvel foi de 7 milhões de euros no segundo trimestre de 2006. Excluindo este efeito, as receitas operacionais teriam decrescido 5,9% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, o impacto da redução das tarifas de interligação fixo-móvel foi de 17 milhões de euros.

As receitas de retalho decresceram 10,8% para 297 milhões de euros no segundo trimestre de 2006, face ao período homólogo, essencialmente em resultado da descida das receitas de tráfego e das receitas de taxas fixas, que registaram decréscimos de 26,4% e 3,9%, respectivamente. As receitas de ADSL de retalho compensaram parcialmente este desempenho, tendo registado um aumento de 11,1% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 42 milhões de euros, em resultado do crescimento da base de clientes. A redução das receitas de taxas fixas resultou da perda de linhas fixas, devido à concorrência dos operadores fixos e móveis e a uma situação macroeconómica mais desfavorável. O forte crescimento dos planos de preços no segundo trimestre de 2006 ajudou a compensar a tendência de queda das receitas, com as receitas dos planos de preços a aumentar 11,9%, face a igual período do ano anterior, e a representar 10,9% das receitas de taxas fixas. Relativamente às receitas de tráfego, o decréscimo no trimestre resultou essencialmente da diminuição da utilização e da redução da receita média por

minuto, que foi significativamente influenciada pela redução das tarifas fixo-móvel, bem como o crescente peso dos planos de preços, convertendo as receitas de tráfego em receitas de taxas fixas.

Tabela 22 _ Receitas Operacionais • Rede Fixa ⁽¹⁾				milhões de euros		
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Retalho	297,3	333,4	(10,8%)	607,1	670,2	(9,4%)
Taxas fixas	162,5	169,1	(3,9%)	329,9	342,0	(3,5%)
Tráfego	90,0	122,3	(26,4%)	187,5	249,8	(24,9%)
ADSL retalho	42,2	37,9	11,1%	84,1	70,7	18,9%
ISP e outros	2,6	4,1	(37,5%)	5,6	7,7	(27,0%)
Serviços a operadores (wholesale)	117,1	113,3	3,3%	230,7	225,9	2,2%
Tráfego	53,6	54,1	(1,1%)	101,3	106,7	(5,1%)
Circuitos alugados	39,5	41,0	(3,5%)	83,6	83,1	0,6%
Outros	24,0	18,3	31,7%	45,8	36,0	27,1%
Dados e soluções empresariais	62,7	66,3	(5,5%)	124,5	124,1	0,3%
VPN e circuitos	43,4	49,4	(12,1%)	88,2	93,3	(5,4%)
Gestão de redes, outsourcing e TI	13,5	11,4	18,9%	24,5	20,1	21,8%
Outros	5,8	5,6	3,3%	11,8	10,7	10,1%
Outras receitas de rede fixa	45,5	50,0	(9,0%)	91,1	95,9	(5,1%)
Outros serviços e receitas operacionais	8,5	9,6	(12,3%)	17,2	15,7	9,9%
Vendas	7,3	8,1	(9,9%)	14,8	15,7	(5,4%)
Listas telefónicas	27,6	30,6	(9,9%)	55,8	61,4	(9,2%)
Portais	2,1	1,6	32,5%	3,2	3,2	2,4%
Receitas operacionais	522,6	563,0	(7,2%)	1.053,5	1.116,1	(5,6%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

As receitas de wholesale aumentaram 3,3% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 117 milhões de euros, principalmente como resultado do aumento de 31,7% das outras receitas de wholesale, que incluem as linhas de desagregação do lacete local e os acessos ORLA. O decréscimo de 1,1% das receitas de tráfego de wholesale no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, resultou essencialmente da redução dos preços de interligação móvel internacional e da diminuição do tráfego de dial-up, enquanto que o decréscimo de 3,5% nas receitas de circuitos alugados deveu-se à descida dos preços dos circuitos alugados.

As receitas de dados e soluções empresariais no segundo trimestre de 2006 diminuíram 5,5%, face a igual período do ano anterior, para 63 milhões de euros, em resultado do decréscimo das receitas de VPN e circuitos. Esta redução é essencialmente explicada pela migração de grandes clientes empresariais de rede para soluções VPN/IP mais avançadas, o que deverá permitir o fornecimento de serviços adicionais no futuro. O forte aumento de 18,9% das receitas de gestão de redes, outsourcing e TI no período, foi impulsionado pelo crescimento significativo das soluções TI e do outsourcing.

Perante um contexto de crescente pressão sobre as receitas, a PT tem procurado reduzir activamente os custos do negócio de rede fixa. Contudo, o decréscimo de 9,5% dos custos operacionais, excluindo amortizações, não foi suficiente para compensar a descida das receitas operacionais. No âmbito dos custos com o pessoal, a PT está actualmente a executar um programa de redução de efectivos, do qual já resultou um decréscimo de 164 trabalhadores até Agosto deste ano. Adicionalmente, o aumento anual dos salários,

incluindo as promoções automáticas, foi de apenas 1,8% em 2006, abaixo do nível de anos anteriores e do pressuposto actuarial actual de 3,0%. A PT está igualmente a controlar os custos comerciais, tendo optimizado recentemente a sua estrutura de força de vendas, o que deverá possibilitar uma melhoria da qualidade das vendas, o decréscimo das comissões unitárias e a redução do nível de churn involuntário. Relativamente à rede, estão a ser igualmente implementadas diversas iniciativas, com o objectivo de aumentar a produtividade, melhorar o processo de diagnóstico da rede e renegociar determinados contratos de manutenção. A PT negociou ainda o insourcing do seu serviço interno de helpdesk, o que deverá permitir a obtenção de poupanças operacionais já em 2006. Os outros custos operacionais também estão a ser endereçados, nomeadamente os custos de apoio ao cliente, os custos de gestão de frota e os custos com provisões de cobrança duvidosa.

O EBITDA no segundo trimestre de 2006 diminuiu 4,3% para 240 milhões de euros, devido ao decréscimo das receitas operacionais, apesar do aumento da margem EBITDA para 45,9%, em resultado da racionalização de custos e da redução dos custos com benefícios de reforma.

No segundo trimestre de 2006, o capex situou-se em 55 milhões de euros, um acréscimo de 2,0% face a igual período do ano anterior, e equivalente a 10,6% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para o investimento na expansão da banda larga em termos de cobertura e de largura de banda. O EBITDA menos Capex no segundo trimestre de 2006 totalizou 185 milhões de euros.

Tabela 23 _ Dados Operacionais • Rede Fixa

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Acessos ('000)	4.433	4.445	(0,3%)	4.433	4.445	(0,3%)
Acessos de retalho	4.209	4.371	(3,7%)	4.209	4.371	(3,7%)
PSTN/RDIS	3.573	3.871	(7,7%)	3.573	3.871	(7,7%)
Pré-selecção	581	540	7,6%	581	540	7,6%
ADSL retalho	636	500	27,1%	636	500	27,1%
Acessos de wholesale	224	73	205,0%	224	73	205,0%
Lacetes locais desagregados	146	28	n.s.	146	28	n.s.
Acessos ORLA	20	0	n.s.	20	0	n.s.
ADSL wholesale	59	46	28,9%	59	46	28,9%
Adições líquidas ('000)	(14)	18	n.s.	(45)	68	n.s.
Acessos de retalho	(74)	6	n.s.	(146)	41	n.s.
PSTN/RDIS	(97)	(43)	124,9%	(196)	(77)	154,5%
Pré-selecção	(16)	32	n.s.	6	55	(89,4%)
ADSL retalho	23	49	(53,9%)	51	119	(57,4%)
Acessos de wholesale	60	12	n.s.	101	26	285,6%
Lacetes locais desagregados	37	12	209,4%	74	19	286,6%
Acessos ORLA	20	0	n.s.	20	0	n.s.
ADSL wholesale	4	0	n.s.	7	7	4,4%
Planos de preços ('000)	2.283	1.330	71,6%	2.283	1.330	71,6%
ARPU (euros)	29,9	30,6	(2,4%)	30,0	30,6	(2,0%)
Assinatura e voz	24,8	26,7	(6,9%)	25,0	26,7	(6,2%)
Dados	5,1	4,0	27,7%	4,9	3,9	26,5%
Total acessos comunicação dados ('000)	35	36	(1,4%)	35	36	(1,4%)
Capacidade vendida de web empresarial (mbps)	22.482	8.669	159,3%	22.482	8.669	159,3%
Circuitos alugados ('000)	14	16	(9,1%)	14	16	(9,1%)
Capacidade (equival. a 64 kbps) ('000)	93	187	(50,3%)	93	187	(50,3%)
Digital (%)	92,9	96,1	(3,2pp)	92,9	96,1	(3,2pp)

O total de acessos da rede fixa registou no segundo trimestre de 2006 uma diminuição líquida de 14 mil. A redução dos acessos PSTN/RDIS de 97 mil mais do que compensou as adições líquidas de ADSL de retalho, linhas de desagregação do lacete local e acessos ORLA, que totalizaram 23 mil, 37 mil e 20 mil, respectivamente, no período. No final de Junho de 2006, o número total de acessos da rede fixa situou-se em 4.433 mil, dos quais 3.573 mil acessos PSTN/RDIS, 636 mil acessos ADSL de retalho, 59 mil acessos ADSL de wholesale, 146 mil lacetes locais desagregados e 20 mil acessos ORLA.

No segundo trimestre de 2006, o ADSL de retalho continuou a registar um crescimento forte, tendo atingido um total de 636 mil clientes. No segundo trimestre de 2006, a PT lançou uma nova oferta competitiva, o Sapó ADSL 512 kbps, com o objectivo de penetrar novos segmentos de mercado e possibilitar a migração de clientes pré-pagos a clientes de assinatura. Este novo serviço tem tido uma óptima aceitação, tendo atingido mais de 20 mil clientes no final de Junho de 2006. Actualmente, cerca de dois terços dos clientes de ADSL têm velocidades iguais ou superiores a 2 Mbps. O produto pré-pago sem carregamentos obrigatórios (Sapó Free) está a ter uma forte adesão, estando direccionado para o mercado de dial-up ainda existente.

Os planos de preços continuaram a registar um forte crescimento, com as adições líquidas a totalizar 120 mil no segundo trimestre de 2006, atingindo um total de 2.283 mil planos de preços. No quarto trimestre de 2005, a PT lançou novos planos de preços baseados em flat rates de tráfego ilimitado para vários períodos do dia, incluindo um plano mensal de tráfego ilimitado fixo-fixo dentro da própria rede. No segundo trimestre de 2006, a PT lançou um novo plano de preços para as chamadas fixo-móvel, que permite a cada cliente efectuar chamadas para uma rede móvel seleccionada, a 0,15 euros por minuto, pagando um preço mais elevado nas chamadas para as outras duas redes móveis. Actualmente mais de um terço dos clientes residenciais de retalho aderiram aos planos de preços, com uma média de 2,4 planos de preços por cliente.

No segundo trimestre de 2006, o ARPU total (voz e dados) diminuiu 2,4%, face a igual período de 2005, para 29,9 euros. O ARPU de assinatura e voz (PSTN/RDIS excluindo Internet dial-up) decresceu 6,9% para 24,8 euros, em resultado da redução das receitas de tráfego, e o ARPU de dados (incluindo ADSL e Internet dial-up) aumentou 27,7%, representando já 16,9% do ARPU total no segundo trimestre de 2006. O ARPU de ADSL situou-se em 24,1 euros no segundo trimestre de 2006, face a 27,9 euros no segundo trimestre de 2005. A diluição do ARPU de ADSL resultou do aumento da penetração do produto pré-pago, o qual representava 24,0% do total de clientes de ADSL no final do segundo trimestre de 2006.

A PT continua a ser o operador líder no mercado de dados e de soluções integradas em Portugal. Neste segmento de negócio, a venda de capacidade de Internet a clientes empresariais aumentou 157,4% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, parcialmente em resultado da venda de acessos de Internet de débito muito elevado, tal como o serviço Etherweb. No segundo trimestre de 2006, o número total de acessos de comunicação de dados diminuiu 1,4% face a igual período do ano anterior.

Tabela 24 _ Detalhe do Tráfego • Rede Fixa				milhões de minutos		
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Tráfego total	3.393	3.778	(10,2%)	6.884	7.587	(9,3%)
Retalho	1.413	1.658	(14,8%)	2.872	3.335	(13,9%)
Fixo-fixo nacional	934	1.121	(16,6%)	1.934	2.270	(14,8%)
Fixo-móvel	184	219	(15,9%)	370	427	(13,4%)
Internacional	101	102	(1,8%)	198	197	0,6%
Outro	194	216	(10,3%)	370	441	(16,0%)
Wholesale	1.980	2.120	(6,6%)	4.012	4.252	(5,6%)
Internet	248	481	(48,5%)	559	1.043	(46,4%)
Tráfego originado na rede fixa	2.211	2.699	(18,1%)	4.550	5.479	(17,0%)
MOU do tráfego originado (minutos / mês)	203	231	(12,0%)	207	233	(11,5%)
MOU de retalho (minutos / mês)	160	166	(3,8%)	159	165	(3,3%)
MOU fixo-fixo nacional (minutos / mês)	86	96	(10,6%)	88	97	(9,3%)

No segundo trimestre de 2006, o tráfego total diminuiu 10,2% face ao segundo trimestre de 2005, em resultado dos decréscimos de 14,8% no tráfego de retalho e de 6,6% no tráfego de wholesale. O tráfego fixo-fixo nacional e o tráfego fixo-móvel decresceram 16,6% e 15,9%, respectivamente, no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior. O MOU de retalho, excluindo as linhas de pré-selecção, decresceu 3,8% face a igual período de 2005, para 160 minutos no segundo trimestre de 2006. A redução do tráfego de wholesale resultou essencialmente da queda de 48,5% no tráfego de Internet de banda estreita, devido à migração para banda larga.

09

Móvel Portugal • TMN

Tabela 25 _ Demonstração de Resultados • Móvel Portugal ⁽¹⁾						
	milhões de euros					
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Receitas operacionais	363,5	373,8	(2,8%)	719,9	748,1	(3,8%)
Prestação de serviços	336,0	345,5	(2,7%)	661,7	689,4	(4,0%)
Facturação	274,2	276,1	(0,7%)	537,7	539,8	(0,4%)
Interligação	61,8	69,4	(10,9%)	124,0	149,6	(17,1%)
Vendas	25,0	27,4	(8,9%)	53,9	56,3	(4,3%)
Outras receitas operacionais	2,5	1,0	152,9%	4,4	2,4	79,8%
Custos operacionais, excluindo amortizações	200,3	208,5	(3,9%)	401,2	413,9	(3,1%)
Custos com pessoal	14,9	14,1	5,6%	29,2	28,5	2,5%
Custos directos dos serviços prestados	73,3	75,8	(3,3%)	144,9	155,3	(6,6%)
Custos de telecomunicações	64,7	68,8	(6,0%)	128,4	141,8	(9,5%)
Outros	8,6	7,0	23,0%	16,5	13,5	22,9%
Custo das mercadorias vendidas	36,1	41,4	(12,8%)	72,7	77,6	(6,3%)
Marketing e publicidade	6,5	7,7	(16,3%)	11,6	16,2	(28,6%)
Fornecimentos e serviços externos	53,1	47,5	11,7%	105,7	94,5	11,9%
Provisões	0,3	4,1	(92,2%)	3,3	8,9	(63,1%)
Outros custos operacionais	16,2	17,8	(9,1%)	33,8	33,0	2,4%
EBITDA	163,1	165,4	(1,4%)	318,8	334,2	(4,6%)
Amortizações	52,4	50,8	3,3%	108,2	101,5	6,6%
Resultado operacional	110,7	114,6	(3,4%)	210,5	232,7	(9,5%)
Margem EBITDA	44,9%	44,2%	0,6pp	44,3%	44,7%	(0,4pp)
Capex	29,0	28,9	0,4%	51,5	47,7	7,9%
Capex em % das receitas operacionais	8,0%	7,7%	0,3pp	7,2%	6,4%	0,8pp
EBITDA menos Capex	134,1	136,5	(1,7%)	267,3	286,5	(6,7%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

As receitas operacionais da TMN, no segundo trimestre de 2006, diminuíram 2,8%, face ao segundo trimestre de 2005, totalizando 363 milhões de euros, em resultado essencialmente do impacto da redução das tarifas de interligação nas receitas de serviço. As receitas de facturação decresceram 0,7% no segundo trimestre de 2006, face ao período homólogo, totalizando 274 milhões de euros, com o crescimento do número de clientes a ser compensado pela redução da receita média por minuto. A forte descida das receitas de interligação ficou a dever-se essencialmente à redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel nos últimos trimestres. As reduções nas tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel, no início de Abril de 2006, para 0,12 euros por minuto, traduziu-se numa descida média de 14,3% das tarifas de interligação no segundo trimestre de 2006. Como resultado, as receitas de interligação diminuíram 10,9% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, causando um decréscimo de 2,7% nas receitas de serviços para 336 milhões de euros. O decréscimo de 8,9% das vendas de equipamentos no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, deveu-se à redução do preço dos equipamentos nos últimos trimestres, que compensou o aumento do número de equipamentos vendidos no período. Excluindo o impacto da descida das tarifas de interligação de 9 milhões de euros, as receitas operacionais ter-se-iam mantido estáveis no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2006, o EBITDA atingiu 163 milhões de euros, uma redução de 1,4%, face a igual período do ano anterior, e um aumento face ao primeiro trimestre de 2006. A redução do EBITDA no segundo trimestre de 2006 resultou principalmente da forte redução das tarifas de interligação (impacto

negativo de 5 milhões de euros no EBITDA no segundo trimestre). A margem EBITDA no segundo trimestre de 2006 aumentou 0,6pp, face a igual período do ano anterior, para 44,9%. Excluindo o impacto da descida das tarifas de interligação, o EBITDA teria aumentado 1,5% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2006, o capex manteve-se estável em 29 milhões de euros, equivalente a 8,0% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para a capacidade e cobertura de rede, incluindo a expansão dos serviços de 3G (80% do capex de rede), e para a melhoria da qualidade de serviço e apoio ao cliente. No final do segundo trimestre de 2006, a rede 3G/3.5G da TMN cobria já cerca de 75% da população. O EBITDA menos Capex totalizou 134 milhões de euros no segundo trimestre de 2006, equivalente a 36,9% das receitas operacionais.

Tabela 26 _ Dados Operacionais • Móvel Portugal

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Clientes ('000)	5.362	5.108	5,0%	5.362	5.108	5,0%
Adições líquidas ('000)	44	21	108,1%	50	54	(8,3%)
MOU (minutos)	120	122	(1,4%)	119	119	(0,7%)
ARPU (euros)	20,9	22,7	(7,8%)	20,7	22,7	(8,8%)
Facturação	17,1	18,1	(5,9%)	16,8	17,8	(5,3%)
Interligação	3,9	4,6	(15,5%)	3,9	4,9	(21,2%)
ARPM (cêntimos euro)	17,4	18,6	(6,5%)	17,5	19,0	(8,1%)
Dados em % das receitas (%)	12,3	10,8	1,5pp	12,6	11,0	1,6pp
SARC (euros)	63,7	69,8	(8,7%)	57,4	66,2	(13,3%)
CCPU ⁽¹⁾ (euros)	11,0	11,3	(3,1%)	10,8	11,3	(4,9%)
ARPU menos CCPU (euros)	10,0	11,4	(12,5%)	9,9	11,4	(12,6%)

(1) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e venda de terminais por utilizador.

A TMN continuou a reforçar a sua posição de liderança no mercado móvel em Portugal. Durante o trimestre, a TMN consolidou o reposicionamento da sua marca, apresentando-se com uma imagem mais próxima dos seus clientes e fazendo progressos importantes no segmento jovem. O patrocínio à selecção nacional no Campeonato Mundial de Futebol e a prestigiados festivais de rock durante o Verão ajudou a projectar a imagem de marca da TMN no mercado. O recente lançamento dos cartões de dados HSDPA, que oferecem o acesso à Internet de banda larga com velocidades até 1,8 Mbps, contribuiu igualmente para o reforço da posição da TMN como líder de mercado e como inovador, nomeadamente na banda larga móvel, MMS e Mobile TV.

No segundo trimestre de 2006 foram adicionados 44 mil clientes, face a 21 mil no segundo trimestre de 2005. O forte desempenho do segmento empresarial impulsionou o nível de adições líquidas de clientes pós-pagos no período, que ascendeu a 31 mil, representando mais de 70% do total das adições líquidas no período. No final de Junho de 2006, a TMN detinha 5.362 mil clientes, um aumento de 5,0% face a igual período do ano anterior. Como resultado do constante enfoque na migração para o segmento pós-pagos, o peso dos pré-pagos decresceu para 81% da base total de clientes no final de Junho de 2006. A expansão de 3G continuou a registar um forte crescimento, com o número de clientes 3G a atingir um total de 518 mil no final de Junho de 2006, equivalente a 10% da base de clientes.

O ARPU no segundo trimestre de 2006 diminuiu 7,8%, face ao mesmo período do ano anterior, para 20,9 euros, principalmente em resultado da descida de 15,5% do ARPU de interligação. O ARPU de facturação decresceu 5,9% no segundo trimestre de 2006, face ao período homólogo do ano anterior, devido à concorrência intensa, incluindo as marcas de baixo custo presentes no mercado, lançadas no segundo semestre de 2005. A utilização média mensal (MOU) diminuiu 1,4% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 120 minutos, essencialmente em resultado do decréscimo do tráfego fixo-móvel e das promoções agressivas de SMS realizadas nos últimos meses para o segmento jovem.

As receitas de serviços de dados têm continuado a suportar a evolução do ARPU, representando já 12,3% das receitas de serviço no segundo trimestre de 2006, face a 10,8% em igual período do ano anterior. O aumento das receitas de serviços de dados está essencialmente relacionado com o forte crescimento de serviços de dados não-SMS, que aumentaram 24,6% no segundo trimestre de 2006, face a igual período de 2005, e representaram 22,5% do total das receitas de dados no segundo trimestre de 2006. O número de mensagens (SMS) no segundo trimestre de 2006 totalizou 1.022 milhões, equivalente a cerca de 140 mensagens por mês por utilizador activo de SMS, reflectindo o sucesso do lançamento de um novo plano tarifário, que oferece 250 mensagens por dia. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representava cerca de 43% da base total de clientes no final do período. O serviço MMS registou igualmente um forte desempenho no segundo trimestre de 2006, com o número total de MMS a registar um aumento de 40,6%, face a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2006, a TMN lançou um serviço de Mobile TV, em parceria com a PT Multimedia, o qual oferece actualmente 21 canais, incluindo notícias, música e desporto. Recentemente, a TMN aumentou a sua oferta de Mobile TV, através da introdução de três novos canais de futebol. A TMN lançou ainda, pela primeira vez em Portugal, o mobile ticketing, em parceria com a Lusomundo, permitindo aos clientes o recebimento dos bilhetes de cinema por SMS no seu telemóvel.

10

Móvel Brasil • Vivo

Tabela 27 _ Demonstração de Resultados • Móvel Brasil ⁽¹⁾						milhões de reais
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Receitas operacionais	2.699,9	3.161,9	(14,6%)	5.462,3	5.941,5	(8,1%)
Prestação de serviços	2.248,4	2.694,1	(16,5%)	4.605,7	5.173,3	(11,0%)
Vendas	404,3	391,7	3,2%	732,0	616,0	18,8%
Outras receitas operacionais	47,2	76,0	(37,8%)	124,6	152,2	(18,1%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	2.373,4	2.559,4	(7,3%)	4.398,1	4.344,1	1,2%
Custos com pessoal	157,6	153,9	2,4%	315,6	308,6	2,3%
Custos directos de serviços prestados (inc. cust. tel.)	192,7	353,9	(45,5%)	426,3	638,8	(33,3%)
Custo das mercadorias vendidas	604,7	871,1	(30,6%)	1.080,6	1.310,1	(17,5%)
Marketing e publicidade	102,6	118,9	(13,7%)	194,8	212,1	(8,2%)
Fornecimentos e serviços externos	679,3	624,1	8,8%	1.290,8	1.122,2	15,0%
Provisões	425,4	168,1	153,1%	661,5	278,6	137,5%
Outros custos operacionais	211,1	269,5	(21,6%)	428,6	473,6	(9,5%)
EBITDA	326,5	602,4	(45,8%)	1.064,3	1.597,4	(33,4%)
Amortizações	697,2	717,5	(2,8%)	1.374,9	1.323,9	3,8%
Resultado operacional	(370,7)	(115,0)	222,3%	(310,6)	273,5	n.s.
Margem EBITDA	12,1%	19,1%	(7,0pp)	19,5%	26,9%	(7,4pp)
Capex	335,8	412,6	(18,6%)	617,1	947,8	(34,9%)
Capex em % das receitas operacionais	12,4%	13,0%	(0,6pp)	11,3%	16,0%	(4,7pp)
EBITDA menos Capex	(9,3)	189,9	n.s.	447,2	649,6	(31,2%)

(1) Informação preparada de acordo com os IFRS.

As receitas operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, diminuíram 14,6% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 2.700 milhões de reais, principalmente em resultado do decréscimo de 16,5% das receitas de serviço, decorrente da manutenção de um ambiente competitivo muito agressivo. A redução das receitas de interligação deveu-se essencialmente à migração de tráfego fixo-móvel para móvel-móvel, que resultou no decréscimo das receitas de tráfego de interligação.

O EBITDA diminuiu 45,8% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 327 milhões de reais, reflectindo essencialmente: (1) o decréscimo das receitas de serviço, e (2) o aumento de provisões relativas a dívidas de cobrança duvidosa, incluindo 162 milhões de reais referentes a problemas de facturação em resultado da migração dos sistemas para uma plataforma única. A margem EBITDA decresceu 7,0pp para 12,1% no segundo trimestre de 2006. Excluindo o impacto de 162 milhões de reais nas provisões, a margem EBITDA ter-se-ia situado em 18,1% no segundo trimestre de 2006.

O capex diminuiu 18,6% para 336 milhões de reais no segundo trimestre de 2006, equivalente a 12,4% das receitas operacionais, principalmente devido ao decréscimo no capex de rede. O capex no segundo trimestre de 2006 foi essencialmente direccionado para: (1) a cobertura da rede e qualidade, e (2) a consolidação e racionalização dos sistemas de facturação, CRM e ERP. No segundo trimestre de 2006, o EBITDA menos Capex foi negativo em 9 milhões de reais, devido ao decréscimo do EBITDA descrito anteriormente.

Tabela 28 _ Dados Operacionais • Móvel Brasil ⁽¹⁾

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Clientes ('000)	28.525	28.446	0,3%	28.525	28.446	0,3%
Quota de mercado áreas de operação (%)	40,6	47,6	(7,0pp)	40,6	47,6	(7,0pp)
Adições líquidas ('000)	(1.613)	1.487	n.s.	(1.280)	1.903	n.s.
MOU (minutos)	66	79	(16,4%)	67	80	(16,2%)
ARPU (reais)	24,1	28,6	(15,8%)	24,7	28,7	(13,8%)
Dados em % das receitas (%)	7,7	6,1	1,6pp	7,4	5,8	1,6pp
SARC (reais)	140,6	184,5	(23,8%)	139,1	175,3	(20,7%)
CCPU ⁽²⁾ (reais)	16,3	19,6	(17,1%)	15,5	17,3	(10,5%)
ARPU menos CCPU (reais)	7,8	9,0	(13,0%)	9,3	11,4	(18,9%)

(1) Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro. (2) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e venda de terminais por utilizador.

O número total de clientes da Vivo situou-se em 28.525 mil clientes no final de Junho de 2006, com os clientes pré-pagos a representar 81,5% da base total de clientes. Os desligamentos líquidos totalizaram 1.613 mil clientes no segundo trimestre de 2006, em resultado de um ajustamento da base de dados de 1.823 mil clientes inactivos, devido à migração dos sistemas para uma plataforma única. Apesar da evolução negativa das adições líquidas, a Vivo continuou a manter a sua posição de liderança no mercado móvel brasileiro, com a quota de mercado a situar-se em 40,6% nas regiões onde opera e 31,1% no mercado total brasileiro no final de Junho de 2006.

No segundo trimestre de 2006, o mercado continuou muito competitivo, em particular no segmento médio e alto, onde alguns operadores diminuíram consideravelmente os níveis de barreira à entrada. Apesar deste ambiente, o SARC unitário diminuiu 23,8% para 141 reais no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, com o decréscimo do nível de subsidiação e dos custos de marketing a mais do que compensar o aumento unitário das comissões.

As receitas de dados representaram 7,7% das receitas de serviços no segundo trimestre de 2006, face a 6,1% no segundo trimestre de 2005. Aproximadamente 35% das receitas de dados foram provenientes de outros serviços de dados não-SMS, como downloads, acesso à Internet e outros.

No segundo trimestre de 2006, o MOU total registou uma redução de 16,4%, face a igual período do ano anterior, para 66 minutos, devido essencialmente à evolução negativa do MOU pré-pago. A redução do tráfego de interligação, devido ao rebalanceamento das tarifas e ao aumento dos preços de interligação fixo-móvel (V-UM) influenciou o segmento pré-pago.

O ARPU total da Vivo no segundo trimestre de 2006 foi de 24,1 reais, uma redução de 15,8% face a igual período do ano anterior, principalmente em resultado da descida do tráfego de interligação, da migração de tráfego fixo-móvel para móvel-móvel e das promoções de tráfego.

O investimento no lançamento da rede GSM/EDGE, anunciado em Julho de 2006, deverá aumentar a competitividade da Vivo no mercado, através: (1) da redução do nível de subsidiação aos equipamentos, em resultado da obtenção de poupanças significativas na sua aquisição; (2) da oferta de uma vasta gama de equipamentos para os vários segmentos; (3) da cobertura a nível nacional através dos acordos actuais de

roaming; (4) da expansão mais simplificada e menos dispendiosa para W-CDMA ao longo do tempo, e (5) do lançamento de novos serviços inovadores, tais como o BlackBerry. O lançamento da rede GSM/EDGE da Vivo poderá representar um investimento de aproximadamente 1.080 milhões de reais.

11

Multimédia • PT Multimedia

Tabela 29 _ Demonstração de Resultados • Multimédia ⁽¹⁾						milhões de euros
	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Receitas operacionais	164,0	157,7	4,0%	324,7	310,3	4,6%
TV por subscrição e Internet por cabo	146,2	141,8	3,1%	290,6	275,6	5,4%
Audiovisuais	7,2	7,8	(8,2%)	14,7	16,7	(12,5%)
Cinema	10,7	7,6	39,8%	19,4	17,3	12,0%
Outras	(0,1)	0,4	n.s.	0,1	0,7	(82,8%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	108,0	106,4	1,6%	218,5	214,2	2,0%
Custos com pessoal	9,7	11,0	(12,3%)	21,5	22,0	(2,5%)
Custos directos dos serviços prestados	50,8	48,6	4,6%	100,8	98,9	2,0%
Custos de programação	38,3	34,3	11,8%	74,7	68,7	8,7%
Outros	12,5	14,3	(12,8%)	26,1	30,2	(13,4%)
Custo das mercadorias vendidas	1,7	3,9	(56,3%)	4,6	8,1	(43,0%)
Marketing e publicidade	4,1	5,2	(21,4%)	8,0	9,1	(11,7%)
Fornecimentos e serviços externos	31,5	32,8	(4,0%)	64,0	61,4	4,2%
Provisões	4,4	0,7	n.s.	8,0	3,9	106,8%
Outros custos operacionais	5,9	4,1	42,5%	11,5	10,8	6,9%
EBITDA	55,9	51,3	8,9%	106,2	96,1	10,5%
Amortizações	26,8	14,8	81,5%	50,9	28,5	78,2%
Resultado operacional	29,1	36,6	(20,4%)	55,3	67,6	(18,1%)
Margem EBITDA	34,1%	32,6%	1,6pp	32,7%	31,0%	1,7pp
Capex	41,6	39,6	4,9%	75,3	55,6	35,5%
Capex em % das receitas operacionais	25,4%	25,1%	0,2pp	23,2%	17,9%	5,3pp
EBITDA menos Capex	14,3	11,7	22,4%	30,9	40,5	(23,7%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

As receitas operacionais da PTM aumentaram 4,0% no segundo trimestre de 2006, face ao período homólogo de 2005, para 164 milhões de euros, impulsionadas pelos acréscimos das receitas da TV por subscrição e Internet por cabo e das receitas de exibição de filmes.

O EBITDA da PTM aumentou 8,9% no segundo trimestre de 2006, face ao segundo trimestre de 2005, para 56 milhões de euros, com a margem EBITDA a subir 1,6pp para 34,1%. O crescimento do EBITDA resultou do acréscimo do ARPU do negócio de TV por subscrição no período, parcialmente explicado pelo aumento da penetração do serviço digital “TV Cabo Fantastic Life”, bem como pelo acréscimo do número de subscrições do canal Sport TV, (canal premium de desporto). Esta performance foi alcançada, apesar da PTM continuar a investir na qualidade do serviço e apoio ao cliente, bem como no reforço da oferta de serviços de TV por subscrição.

O capex da PTM aumentou 4,9% no segundo trimestre de 2006, face ao segundo trimestre de 2005, para 42 milhões de euros, equivalente a 25,4% das receitas operacionais, em resultado essencialmente: (1) do investimento em capacidade adicional de transponder; (2) do aumento das casas passadas e da reestruturação da arquitectura da rede de fibra para uma arquitectura “fiber to the hub”, afim de permitir uma maior largura de banda, e (3) do aumento de equipamento terminal no âmbito do programa de digitalização. No segundo trimestre de 2006, o EBITDA menos Capex aumentou 22,4% face ao período homólogo de 2005, para 14 milhões de euros, em resultado do acréscimo do EBITDA.

Tabela 30 _ Dados Operacionais • TV por Subscrição e Internet por Cabo

	2T06	2T05	Δ 06/05	1S06	1S05	Δ 06/05
Casas passadas ('000)	2.782	2.606	6,7%	2.782	2.606	6,7%
Cientes TV por subscrição ⁽¹⁾ (²) ('000)	1.444	1.465	(1,5%)	1.444	1.465	(1,5%)
Cabo	1.072	1.076	(0,4%)	1.072	1.076	(0,4%)
Satélite	371	389	(4,5%)	371	389	(4,5%)
Adições líquidas TV por subscrição ('000)	(28)	9	n.s.	(35)	16	n.s.
Taxa penetração do cabo (%)	38,6	41,3	(2,7pp)	38,6	41,3	(2,7pp)
Subscrições premium ⁽²⁾ ('000)	735	786	(6,4%)	735	786	(6,4%)
Pay to basic ratio (%)	51,0	53,6	(2,7pp)	51,0	53,6	(2,7pp)
Acessos banda larga via cabo ('000)	344	333	3,4%	344	333	3,4%
Adições líquidas banda larga cabo ('000)	(8)	13	n.s.	(4)	27	n.s.
ARPU total (euros)	29,2	28,1	4,1%	28,9	27,6	4,6%

(1) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV por subscrição. A TV por subscrição oferece vários pacotes básicos, suportados em diversas tecnologias, direccionados para diferentes segmentos de mercado (doméstico, imobiliário e hotelaria), com distinto âmbito geográfico (Portugal continental, ilhas e internacional) e com um número variável de canais. (2) Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (i.e., promoções do tipo "Experimente e Compre").

O número de casas passadas totalizou 2.782 mil no final de Junho de 2006, das quais 96,3% dispunham de capacidade para Internet de banda larga. O serviço de TV por subscrição atingiu 1.444 mil clientes no final de Junho de 2006 (1.072 mil clientes por cabo e 371 mil clientes por satélite), com 28 mil desligamentos líquidos no segundo trimestre de 2006. A principal razão para este nível mais elevado de desligamentos é a actual conjuntura económica e as perspectivas menos favoráveis de evolução futura que se traduziram numa redução efectiva da procura dos serviços de TV por Subscrição.

Os clientes de banda larga (Netcabo) aumentaram 3,4% no segundo trimestre de 2006, face a igual período de 2005, totalizando 344 mil no final de Junho de 2006. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes por cabo atingiu 32,1% no final de Junho de 2006, face a 30,9% no final de Junho de 2005.

No segundo trimestre de 2006, a PTM completou o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição, tendo o número instalado de set top boxes digitais ascendido a 585 mil no final de Junho 2006. O pacote de 65 canais de TV digital ("TV Cabo Funtastic Life"), lançado em Maio de 2005, tem registado uma boa aceitação, tendo atingindo 196 mil clientes no final de Junho de 2006.

O número de subscrições dos serviços premium diminuiu 6,4% no segundo trimestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 735 mil, correspondendo a um pay to basic ratio de 51,0%. O decréscimo de subscrições dos serviços premium, especialmente ao nível dos canais de cinema e conteúdos para crianças, reflecte essencialmente a situação macroeconómica desfavorável. O canal Sport TV continuou a ser o conteúdo premium com maior aceitação, tendo beneficiado da cobertura alargada do Campeonato Mundial de Futebol realizada por este canal no segundo trimestre de 2006. As adições líquidas do canal Sport TV ascenderam a 13 mil no período, totalizando 429 mil clientes no final de Junho de 2006.

O ARPU total da TV por subscrição e Internet por cabo no segundo trimestre de 2006 aumentou 4,1%, face ao mesmo período de 2005, para 29,2 euros, reflectindo o sucesso do serviço digital "TV Cabo Funtastic Life" e o aumento do número de subscrições do canal Sport TV, devido ao Campeonato Mundial de Futebol.

12

Outros Investimentos Internacionais

Tabela 31 _ Destaques Financeiros dos principais Activos em África, Brasil e na Ásia (1S06) ^{(1) (2) (3)} milhões

	Posição	Clientes	Receit. local	Δ 06/05	EBITDA local	Δ 06/05	Margem	Receit. euros	EBITDA euros
Médi Télécom	32,18%	4.180,4	2.228,6	8,2%	960,8	22,4%	43,1%	202,8	87,4
Unitel	25,00%	1.547,2	288,9	52,9%	198,2	48,4%	68,6%	235,1	161,3
CTM	28,00%	438,5	995,9	9,1%	393,6	0,9%	39,5%	101,4	40,1
UOL	29,00%	-	237,2	9,1%	62,6	7,4%	26,4%	88,1	23,2
CVT	40,00%	160,3	3.344,4	18,1%	2.094,8	23,9%	62,6%	30,3	19,0
Timor Telecom	41,12%	39,6	10,4	25,9%	4,7	49,8%	45,5%	8,4	3,8
CST	51,00%	22,3	63.407,1	25,1%	21.413,5	32,9%	33,8%	4,2	1,4

(1) Todas as informações calculadas em GAAP local. (2) Referente a 100% das empresas. A PT tem um contrato de gestão na Médi Télécom, CVT e Timor Telecom. (3) Ver secção 14 para o método de consolidação de cada empresa.

No primeiro semestre de 2006, todos os outros negócios internacionais do grupo registaram um sólido desempenho, tanto ao nível das receitas como ao nível do EBITDA.

No primeiro semestre de 2006, as receitas operacionais da Médi Télécom aumentaram 8,2%, face a igual período do ano anterior, para 2.229 milhões de dirham marroquinos, enquanto que o EBITDA subiu 22,4% para 961 milhões de dirham. A base total de clientes aumentou 21,2%, face ao primeiro semestre de 2005, para 4.180 mil clientes, representando uma quota de mercado de aproximadamente 33%, com as adições líquidas no primeiro semestre de 2006 a totalizarem 146 mil. O MOU decresceu 13,1% no primeiro semestre de 2006, face ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 52 minutos. O ARPU foi de 89,0 dirham no primeiro semestre de 2006, um decréscimo de 16,4% face ao primeiro semestre de 2005, essencialmente em resultado de uma política de preços agressiva e da redução das tarifas de interligação. O refinanciamento da dívida da Médi Télécom foi recentemente concluído, estando actualmente mais de 66% da sua dívida denominada em dirham marroquinos, mitigando o impacto de uma eventual desvalorização do dirham. A Médi Télécom ganhou, em Julho de 2006, uma licença UMTS em Marrocos, no seguimento da atribuição em 1999 de uma licença 2G e em 2005 de uma licença para o serviço fixo de telefone. O custo da licença UMTS totalizou 360 milhões de dirham (33 milhões de euros).

As receitas operacionais e o EBITDA da Unitel registaram um crescimento no primeiro semestre de 2006 de 52,9% e 48,4%, respectivamente, devido ao forte crescimento da base de clientes no mercado. Estima-se que a penetração móvel em Angola deverá ascender actualmente a mais de 20%. As adições líquidas totalizaram 350 mil no primeiro semestre de 2006, com a base total de clientes a atingir 1.547 mil no final de Junho de 2006, um acréscimo de 94,8% face ao mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, o MOU decresceu 28,1% face ao primeiro semestre de 2005, para 134 minutos, em resultado do crescimento da base de clientes e do impacto na utilização do Campeonato Mundial de Futebol. O ARPU totalizou 34,5 dólares no primeiro semestre de 2006, um decréscimo de 26,9%, devido essencialmente ao forte crescimento da base de clientes no período. A Unitel encontra-se actualmente a investir na expansão da sua rede, tendo em vista a cobertura de mais 3 milhões de clientes.

As receitas operacionais da CTM aumentaram 9,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 996 milhões de patacas, em resultado do crescimento dos clientes móveis e de banda larga. O EBITDA registou um acréscimo de 0,9%, face ao mesmo período do ano anterior, para 394 milhões de patacas. No segmento móvel, os clientes aumentaram 16,2% no primeiro semestre de 2006 para 263 mil.

O ARPU móvel da CTM aumentou 10,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 244,3 patacas, apesar do aumento da concorrência.

As receitas operacionais da UOL aumentaram 9,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 237 milhões de reais, em resultado do crescimento da base de clientes e das receitas de publicidade. O EBITDA registou um acréscimo de 7,4%, face ao mesmo período do ano anterior, para 63 milhões de reais, correspondendo a uma margem EBITDA de aproximadamente 26,4%, reflectindo o forte crescimento da publicidade da marca e de links patrocinados, bem como o controlo rigoroso de custos. A base de clientes da UOL atingiu 1.492 mil no final de Junho de 2006, incluindo 697 mil clientes de banda larga, que registaram um crescimento de 37% face a igual período do ano anterior. Em Junho de 2006, o número de páginas vistas e de visitantes únicos aumentou 52% e 21%, face a igual período do ano anterior, respectivamente.

Em Cabo Verde, as receitas operacionais e o EBITDA da CVT no primeiro semestre de 2006 aumentaram 18,1% e 23,9%, respectivamente, face a igual período do ano anterior. No segmento de rede fixa, o número total de acessos cresceu 1,8% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo de 2005, para 73 mil, no segmento móvel, a base de clientes registou um crescimento de 22,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 87 mil clientes, com adições líquidas de 6 mil clientes. O MOU atingiu 79 minutos, um decréscimo de 1,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior. O ARPU móvel foi de 2.548 escudos cabo-verdianos no primeiro semestre de 2006, um aumento de 11,3% face ao primeiro semestre de 2005, apesar do crescimento da base de clientes.

Em Timor-Leste, as receitas operacionais e o EBITDA da Timor Telecom registaram no primeiro semestre de 2006 acréscimos de 25,9% e 49,8%, respectivamente, face ao primeiro semestre de 2005, essencialmente em resultado do aumento dos clientes móveis. No segmento móvel, a Timor Telecom adicionou 4 mil novos clientes no primeiro semestre de 2006, atingindo um total de 37 mil clientes no final de Junho de 2006. O MOU aumentou 1,9% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, atingindo 101 minutos. O ARPU do segmento móvel foi de 35,0 dólares no primeiro semestre de 2006, representando um decréscimo de 4,7% face ao mesmo período do ano anterior.

Em São Tomé e Príncipe, as receitas operacionais da CST aumentaram 25,1%, face ao primeiro semestre de 2005, para 63.407 milhões de dobras no primeiro semestre de 2006, e o EBITDA registou um acréscimo de 32,9%, para 21.413 milhões de dobras. No segmento móvel, a CST adicionou 3 mil novos clientes no primeiro semestre de 2006, atingindo um total de 15 mil clientes no final de Junho de 2006. O MOU decresceu 5,4% no primeiro semestre de 2006, face ao ano anterior, situando-se em 81 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU foi de 382,7 mil dobras no primeiro semestre de 2006, um acréscimo de 2,9% face ao mesmo período do ano anterior.

13

Eventos do 2º Trimestre e Desenvolvimentos Recentes

Remuneração Accionista

- > Em 21 de Abril de 2006, os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de um dividendo de 0,475 euros por acção, relativo ao exercício de 2005, representando um crescimento de 35,7% face ao ano anterior. O respectivo pagamento ocorreu no dia 19 de Maio.
- > Em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de aumentar a proposta de remuneração accionista, anunciada em 6 de Março de 2006, para o período 2006-2008, de 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros (incluindo o dividendo pago em Maio de 536 milhões de euros). A proposta de remuneração accionista deverá consistir num retorno extraordinário em dinheiro de 1,9 mil milhões de euros, ou 1,75 euros por acção, nos próximos 12 meses e no compromisso de continuar a executar uma política de dividendos progressiva, em acréscimo à distribuição de acções da PTM (ver ponto sobre o spin-off da PTM em baixo). A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

Spin-off da PTM

- > Em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de efectuar o spin-off da sua participação de 58,43% na PTM. Nesta transacção, cada accionista da PT deverá receber 4 acções da PTM por cada 25 acções detidas da PT o que,

tendo por referência o preço de fecho de 2 de Agosto de 2006 da PTM, será equivalente a 1,47 euros por acção da PT. A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

Custos com Benefícios de Reforma

- > Em 8 de Maio de 2006, a Comissão Executiva executou uma decisão aprovada em Janeiro de 2006, tendo efectuado uma contribuição adicional de 300 milhões de euros para um fundo para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma.
- > Em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de reduzir o prazo de financiamento do défice com benefícios de reforma de 14 para 6 anos, através de contribuições extraordinárias no montante de 1,0 mil milhão de euros durante o período 2006-2008, mediante a obtenção de um quadro de relações laborais mais favorável.
- > Em resultado do aumento da taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades projectadas com benefícios de reforma, de 4,3% para 4,86%, a PT registou um ganho actuarial de 312 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. No final de Junho de 2006, as responsabilidades não financiadas com benefícios de reforma ascendiam a 1.990 milhões de euros.

Capital Social

- > Em 21 de Abril de 2006, os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de Accionistas, um aumento do capital social no montante de 338.656.950 euros, por incorporação dos seguintes montantes: (1) 91.704.891 euros de prémios de emissão; (2) 121.523.559 euros de reserva legal, e (3) 125.428.500 euros de reserva especial de cancelamento de acções próprias. Na mesma Assembleia Geral, os accionistas aprovaram uma redução do capital social para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções para 0,35 euros.
- > Em 11 de Maio de 2006, a PT procedeu à escritura pública de aumento de capital no montante de 338.656.950 euros para 1.467.513.450 euros, através do aumento do valor nominal das acções de 1 euro para 1,30 euros.
- > Em 11 de Setembro de 2006, a PT procedeu à escritura pública de redução de capital no montante de 1.072.413.675 euros para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções de 1,30 euros para 0,35 euros. Como resultado, em 30 de Junho de 2006, as reservas distribuíveis ajustadas pela redução de capital e pelo impacto do programa de share buyback já realizado até 6 de Fevereiro de 2006 (164 milhões de euros), ascenderam a 1.425 milhões de euros.

Rede GSM da Vivo

- > Em 20 de Julho de 2006, o Conselho de Administração da Vivo aprovou o investimento numa rede GSM/EDGE convertível para W-CDMA, a ser adicionada à actual rede CDMA. O investimento no lançamento da rede GSM/EDGE deverá aumentar a competitividade da Vivo no mercado, através: (1) da redução do nível de subsídio aos equipamentos, em resultado da obtenção de poupanças significativas na sua aquisição; (2) da oferta de uma vasta gama de equipamentos para os vários segmentos; (3) da cobertura a nível nacional através dos actuais acordos de roaming; (4) da expansão mais simplificada e menos dispendiosa para W-CDMA ao longo do tempo, e (5) do lançamento de novos serviços inovadores, tal como o BlackBerry. O lançamento da rede GSM/EDGE da Vivo poderá representar um investimento de aproximadamente 1.080 milhões de reais.

Contratos de Equity Swap sobre acções da PTM

- > Em 14 de Julho de 2006, a PT procedeu à transferência dos dois contractos de equity swap sobre 30.575.090 acções da PTM, equivalentes a 9,9% do seu capital, do Banco Santander Totta, SA para o Barclays Bank PLC, nos mesmos termos e condições.

Dívida

- > Em 3 de Agosto de 2006, a Moody's e a Standard & Poor's alteraram os seus ratings para a PT de Baa1 e BBB+ para Baa2 e BBB-, respectivamente.

- > Em 4 de Agosto de 2006, a Fitch Ratings alterou o seu rating para a PT de BBB+ para BBB.

Conselho de Administração

- > Em 21 de Abril de 2006, os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de Accionistas, a eleição do Conselho de Administração para o triénio 2006-2008.
- > Em 24 de Abril de 2006, o Conselho de Administração da PT procedeu à designação da Comissão Executiva, que passou a ter a seguinte composição:
 - Henrique Granadeiro – Chairman e CEO
 - Zeinal Bava – Vice-Presidente
 - Rodrigo Costa – Vice-Presidente
 - Luís Pacheco de Melo – CFO
 - João Baptista
 - António Caria
 - Rui Soares

14

Maiores Participações

Tabela 32 _ Maiores Participações

Empresa	País	Negócio	Participação de capital	Método de consolidação
Nacional				
Rede fixa	Portugal	Rede fixa	100,00%	Consolidação integral
TMN	Portugal	Móvel	100,00%	Consolidação integral
Vivo Participações ⁽¹⁾	Brasil	Móvel	31,38%	Consolidação proporcional
PT Multimedia ⁽²⁾	Portugal	Multimédia	58,43%	Consolidação integral
Internacional				
CST	São Tome e Príncipe	Integrado	51,00%	Consolidação integral
CTM	Macau	Integrado	28,00%	Método de equivalência patrimonial
CVT ⁽³⁾	Cabo Verde	Integrado	40,00%	Consolidação integral
Médi Télécom	Marrocos	Móvel	32,18%	Método de equivalência patrimonial
Timor Telecom ⁽³⁾	Timor Leste	Integrado	41,12%	Consolidação integral
Unitel	Angola	Móvel	25,00%	Método de equivalência patrimonial
UOL	Brasil	ISP	29,00%	Método de equivalência patrimonial

(1) A PT detém 50% da Brasilcel, a qual por sua vez detém uma participação de 62,77% na Vivo Participações. **(2)** A 30 de Junho de 2006, a PT tinha acesso adicional a 9,9% do capital da PTM através de um contrato de equity swap. **(3)** Estas subsidiárias são consolidadas integralmente, dado a PT deter o seu controlo operacional e financeiro.

15

Bases de Apresentação

A Portugal Telecom adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ou IFRS) desde 1 de Janeiro de 2005 e a informação financeira de todos os trimestres de 2005 foi apresentada de acordo com os IFRS. Contudo, os resultados reportados no primeiro semestre de 2005 foram reajustados nos trimestres posteriores de forma a reflectir o seguinte:

- > Em Novembro de 2005, a União Europeia aprovou a adenda ao IAS 19, relativa ao reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente na Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos. A Portugal Telecom adoptou esta metodologia no final de 2005, tendo reajustado os resultados dos trimestres anteriores de 2005 de forma a reflectir o impacto desta política desde 1 de Janeiro de 2005.
- > No segundo trimestre de 2005, a PT Multimedia efectuou determinados ajustamentos nas receitas operacionais e em determinados custos operacionais da sua subsidiária de TV por subscrição e Internet por cabo relativos ao primeiro trimestre de 2005, os quais tiveram um impacto nas receitas operacionais e no EBITDA de 4,0 milhões de euros e de 3,8 milhões de euros, respectivamente. Como resultado, a informação relativa ao primeiro trimestre de 2005, apresentada neste documento, foi reajustada de forma a reflectir estes ajustamentos.
- > No quarto trimestre de 2005, a PT Multimedia alterou o método de consolidação para a Sport TV, uma empresa detida a 50% pela PT Conteúdos, uma subsidiária 100% detida pela PT Multimedia, de equivalência patrimonial para consolidação proporcional, com o objectivo de reflectir o contrato de joint venture existente com o outros accionista da Sport TV. Os trimestres anteriores de 2005 foram igualmente reajustados para considerar a consolidação proporcional da Sport TV desde 1 de Janeiro de 2005.
- > Na sequência da alienação da PrimeSys em Novembro de 2005 e da Lusomundo Media em Agosto de 2005, os resultados destas subsidiárias foram incluídos na rubrica “Operações Descontinuadas”.

Informação Adicional

Esta informação está também disponível no site da Relação com Investidores da PT em <http://ir.telecom.pt>

Detalhes para a Teleconferência:

Data: 14 de Setembro de 2006

Horário: 16:00 (Portugal/UK), 17:00 (CET), 11:00 (EUA/NY)

Números de Telefone

Fora EUA: +1 201 689 8261

EUA e Canadá: 877 869 3847

Se não for possível a participação nesta data, o replay da teleconferência estará disponível durante uma semana através dos seguintes números:

Fora EUA: +1 201 612 7415

(Código: 3082, ID da Conferência: 213532)

EUA e Canadá: 877 660 6853

(Código: 3082, ID da Conferência: 213532)

Contactos

Zeinal Bava

Executive Board Member

zeinal.bava@telecom.pt

Luís Pacheco de Melo

Chief Financial Officer

luis.p.melo@telecom.pt

Francisco Nunes

Chief Accounting Officer

francisco.nunes@telecom.pt

Nuno Prego

Investor Relations Officer

nuno.prego@telecom.pt

Portugal Telecom

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa, Portugal

Tel.: +351 21 500 1701

Fax: +351 21 500 0800

A presente release contém objectivos acerca de eventos futuros, de acordo com o U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995. Tais objectivos não constituem factos ocorridos no passado, reflectindo apenas aspirações da comissão executiva da empresa. Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeia", e outros termos similares, visam identificar tais objectivos, os quais obviamente envolvem riscos ou incertezas, previstos ou não pela empresa. Os resultados futuros da actividade da empresa podem portanto diferir das actuais aspirações. Os objectivos contidos neste documento traduzem a opinião unicamente na data em que são definidos, não se obrigando a empresa a actualizá-los à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros.

Este comunicado foi tornado público pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "PT"). Os investidores deverão ler o relatório de solicitação/recomendação da Empresa no Schedule 14D-9, assim que o mesmo for registado junto da Securities and Exchange Commission, nos Estados Unidos da América (a "SEC"), dado conter informações relevantes. O relatório de solicitação/recomendação, bem como outros documentos públicos arquivados pela PT junto da SEC encontram-se disponíveis gratuitamente na página de Internet da SEC, www.sec.gov, e junto da PT.

A PT está cotada na Euronext e na New York Stock Exchange. Encontra-se disponível informação sobre a empresa na Reuters através dos códigos PTC.LS e PT e na Bloomberg através do código PTC PL.